



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CEDUC - CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

SÁVIO DA SILVA AURELIANO

**A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO
GANGUNGO NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO/PE**

**CAMPINA GRANDE
2019**

SÁVIO DA SILVA AURELIANO

**A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO
GANGUNGO NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Licenciatura Plena em
Geografia.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientador: Prof. Dr. EDVALDO CARLOS DE LIMA

**CIDADE CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A9271 Aureliano, Sávio da Silva.

A luta pela terra e pela reforma agrária no assentamento Gangungo no município de João Alfredo/PE [manuscrito] / Sávio da Silva Aureliano. - 2019.

91 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Assentamento de terra. 2. Camponês. 3. Movimento Sem Terra - MST. 4. Movimento social do campo. I. Título

21. ed. CDD 333.31

SÁVIO DA SILVA AURELIANO

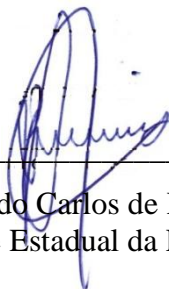
**A LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO
GANGUNGO NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Licenciatura Plena em
Geografia.

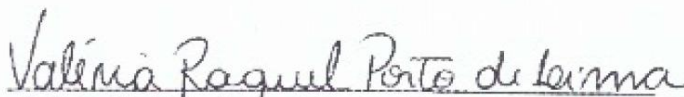
Área de concentração: Ciências Humanas

Aprovado em: 12/12/2019.

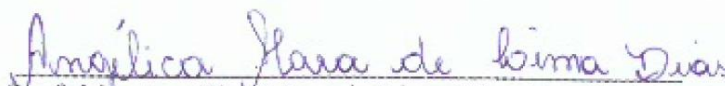
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. M^e. Angélica Mara de Lima Dias (Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, por apoiarem todo o meu esforço nesta longa caminhada, cheia de desafios e de lutas, sem eles não teria alcançado tal feito. Eles deram sustentação e todo o apoio necessário, no qual precisei para desenvolver as atividades na universidade e dentro do curso de Geografia.

Em homenagem ao meu falecido pai, no qual não se faz mais presente entre nós, vos dedico todos os esforços seus, e lhe agradeço eternamente por ter me guiado em caminhos bons, prezasse por tuas qualidades e repassastes todos os teus ensinamentos, com muita gratidão, sabedoria, consciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos coordenadores do curso de Geografia e todo o departamento, por seu empenho, toda a preocupação para com o curso, e todos os alunos que se fazem presente no curso de Geografia, dando total suporte nas diversas questões que impliquem de necessidades, diante a proporção em que possam ajudar e contribuir de alguma forma.

Meu especial agradecimento ao meu orientador Edvaldo Carlos de Lima, por ter desempenhado um papel fundamental na minha vida acadêmica, sem ele não teria conseguido realizar essa presente monografia, sou grato pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, por apontar os caminhos necessários para ser um bom estudante e pesquisador, ser uma pessoa melhor.

Estava desnorteado no curso de Geografia e sem uma linha de pesquisa definida, mas o professor Edvaldo Carlos de Lima proporcionou essa abertura para o conhecimento da Geografia Agrária, e propôs minha integração na participação do seu grupo de estudo, Centro de Estudos Agrários e do Trabalho (CEAT), no qual abriu os caminhos para trabalharmos juntos e se chegar até a presente monografia.

Meu querido pai João Aureliano Sobrinho (*in memoriam*), sou grato ao longo de sua vida aqui presente entre nós, por todos os seus ensinamentos repassados, por toda preocupação em ver seus filhos se tornarem pessoas dignas, que saibam respeitar e honrar com seus compromissos, onde você esteja, estais sempre me guiando.

Meu enorme agradecimento a minha mãe Josefa Faustina da Silva, por ter concedido todo o aparato ao longo de toda essa caminhada no curso, sem ela eu não conseguiria ter chegado aonde cheguei, graças a ela eu superei diversos obstáculos para poder chegar ao fim do curso e concluir, não tenho uma dimensão para exaltar minha gratidão a ela, só agradecer por ter uma mãe tão maravilhosa.

Sou grato por todo o apoio da minha família no caminhar do curso, todos os meus irmãos que estimulavam a seguir lutando em busca dos meus objetivos, para que eu não desistisse. Agradeço em especial a minha Irmã Claudenice da Silva Aureliano e seu esposo Manoel José de Sousa, sem eles também não teria conseguido fazer o curso de Geografia, pois deram total suporte para exercer o curso, principalmente com a moradia no período de aulas.

Aos professores do Curso de Graduação em Geografia, em especial Valéria Raquel Porto de Lima e Angélica Dias, que contribuíram na minha formação acadêmica, enriquecendo meus conhecimentos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa. Além do mais exercendo sua profissão com grande

discernimento, ajudando a se tornar uma pessoa bem melhor, um discente com grandes valores a repassar.

Meus agradecimentos aos funcionários da UEPB, sem especificação, mas agradecendo a todos pela presteza e acolhimento quando foi necessário, por todos fazerem da Universidade um espaço em que os alunos se sintam bem, sintam-se bem acolhidos.

Agradeço aos meus amigos de curso em especial Ualison Iuri, Maria Edilene, Pedro Alves, Igor, Júlio Acácio, Yasmin, Redy, Alisson, Vinícius, Maria do Socorro, Magna Jussara, Thaise, Vitor Venício e Sabrina, pois proporcionaram momentos de alegrias, felicidades, conhecimentos e muita aprendizagem, com eles obtive uma diversidade de informações compactuadas e momentos que ficarão nas lembranças.

Por serem pessoas em quem o egoísmo não fala mais alto, mas uma união em que todos possam compartilhar se ajudando uns aos outros, pessoas dedicadas e esforçadas no que fazem, buscando sempre dar o melhor de si, em busca de tornarem profissionais de qualidades, com suas principais virtudes.

Agradeço aos meus diversos queridos amigos e colegas de ônibus, e todos os motoristas qual trabalharam no ônibus da prefeitura de Orobó, por terem compartilhados momentos de felicidades e de estresse, mas sempre unidos, agradeço ao prefeito do município de Orobó, Cleber Chaparral, por conceder o ônibus para Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), todos fazem parte de alguma forma neste ciclo universitário ao qual se encerra.

Sou grato aos meus amigos Marcones Ivo Braz, Geovane Matos e José Romário, pelos auxílios prestados, sejam no que tange sobre dicas de estudos, fornecendo livros para a presente monografia, ou ajudando na ida ao campo para pesquisar no assentamento Gangungo, contribuíram para a execução da monografia.

Minha imensa gratidão a Doróteia da Silva, pois ela não mediu esforço para ajudar com o trabalho, de mostrar e intervir no diálogo entre a minha participação com as perguntas com o presidente do assentamento Gangungo, e com os moradores, ou até mesmo de acordo com os seus conhecimentos repassando informações, pois ela é uma grande conhecedora do assentamento Gangungo.

E não poderia deixar de agradecer a todo o assentamento Gangungo, por toda colaboração com o presente trabalho, toda a contribuição que deram em especial a liderança do assentamento Gangungo, dando informações valiosas, no qual contribuíram e deram respaldo para a elucidação do presente trabalho. Portanto, a luta do assentamento Gangungo, é uma luta de todos os camponeses que se fazem presente no campo brasileiro, e deve ser mantida até conquistar seus devidos direitos, como foi no assentamento Gangungo.

EPÍGRAFE

Sobre a luta pela terra e pela reforma agrária, entendemos que compreende a luta para entrar, permanecer ou retornar a terra, na perspectiva da desconcentração fundiária e pelo o controle da propriedade, do seu trabalho na relação tempo/espço, em uma fração do território capitalista (OLIVEIRA, 2008).

RESUMO

Para a compreensão do processo da luta pela terra e pela reforma agrária no campo brasileiro, delineou-se como objeto de estudo o assentamento Gangungo, este localizado no município de João Alfredo/PE no agreste setentrional. Para chegar até o presente processo de análise da questão elucidada, foi necessário fazer toda uma revisão bibliográfica dos sujeitos quais estiveram e está presente no campo, com o objetivo geral pautado em, analisar o processo de luta pela terra e a consolidação do assentamento Gangungo no município de João Alfredo/PE. Portanto, foram analisados na revisão de literatura desde a atuação dos movimentos sociais abarcando a clareza geral de sua atuação e importância, com devida elucidação dos estudos na Geografia e com os geógrafos brasileiros, bem como a atuação dos movimentos sociais do campo. Foram ponderados as Ligas Camponesas e o MST, estes movimentos são de suma importância para a compreensão do processo da luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto, ao envolvermos todos esses sujeitos modeladores do campo, abordamos como processo de resistência social que vigora dentro do território camponês. Pontifica-se, que os surgimentos de assentamentos rurais no Brasil são fruto também do processo de luta dos camponeses, ou seja, a forte repressão exercida por parte dos camponeses e dos movimentos sociais do campo em especial o MST, fizeram com que os governantes respondem-se com alguma medida. A desapropriação da fazenda Gangungo, e posteriormente transformada no assentamento, acarretou para as famílias assentadas em inúmeras melhorias, o processo da luta pela terra e pela reforma agrária neste território se procedeu de forma positiva. A observação *in loco* comprova o sucesso e o contentamento das famílias com o surgimento do assentamento, onde também a entrevista realizada com o presidente, retifica ainda mais a importância do acesso a terra, e a transformação social no qual vigorou diante as famílias. Com o surgimento do assentamento á uma existência de um novo território, com novos meios de interações sociais estabelecidas, onde as famílias assentadas podem exercer seu trabalho, sua cultura, sua produção, sua cidadania e podem viver bem. Destarte, a metodologia utilizada foi compreendida no estudo de caso com a realização de entrevistas, os resultados obtidos foram através das entrevistas e da revisão de literatura.

Palavras-Chave: Assentamento Gangungo; Camponeses; MST; Movimentos Sociais do Campo.

ABSTRACT

In order to understand the process of the struggle for land and the land reform in the Brazilian countryside, it was outlined as the study object the rural settlement, which redirected to a specific settlement, the Gangungo settlement, which is located in the municipality of João Alfredo/PE in the northern wild. In addition, in order to reach the Gangungo settlement in the present process of analysis, it was necessary to make a complete literature review of the subjects who were and are present in the field, with the general objective which is to analyse the process of struggle for land and the consolidation of the Gangungo settlement in the municipality of João Alfredo/PE. Thus, they were analyzed from the performance of social movements covering the general clarity of their performance and importance, with proper elucidation of studies in Geography and with Brazilian geographers, as well as the performance of the social movements in the field. Regarding the principle of rural social movements, the *Ligas Camponesas* and the *Movimento dos Trabalhadores sem Terra* (therefore MST) were considered. These movements are importance for understanding the process of struggle for land and the land reform. With this in mind, by involving all these field modelers, we approach the Gangungo settlement as a process of social resistance. It seems that the emergence of rural settlements in Brazil is also the result of the process of peasant struggle, that is, the strong repression by the peasants and the rural social movements, especially the MST, made the rulers respond. The expropriation of the Gangungo farm, which was later turned into a settlement, led to the settlers' families in countless improvements. The process of struggle for land and land reform in this territory proceeded positively. The *in loco* observation proves the success and contentment of the families with the Gangungo settlement, where also the interview with the settlement president further rectifies the importance of access to land and the social transformation in which the families prevailed. With the emergence of the settlement there is a new territory, with new means of social interaction established, where the settled families can exercise their work, their culture, their production, their citizenship and can live well. Thus, the methodology used was understood as a case study with interviews, the results were obtained through interviews and the literature review.

Keywords: Gangungo Settlement; Peasants; MST; Social Field Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de Localização – João Alfredo – Assentamento Gangungo	12
Gráfico 1 -	Brasil - Mortos em conflitos no campo 1964-2000	22
Gráfico 2–	Brasil – violência no campo: assassinatos por resistência territorial - 1985 a 2014	24
Gráfico 3 -	Percepção de melhoria para Muito Melhor ou Melhor na condição de vida após o assentamento (em %). Brasil, 2010	44
Figura 2 –	Poço Artesiano do Assentamento Gangungo	71
Figura 3 -	Cisterna Calçadão do Programa Uma Terra e Duas Águas	71
Figura 4 -	Espaço de Recreação dos Alunos da Escola do Assentamento Gangungo	72
Figura 5 -	Casa conseguida pelo agregado através do minha casa minha vida rural	73
Figura 6 -	Assentamentos Rurais	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BdF	Brasil de Fato
CONTA G	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1MC	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuária de Pernambuco

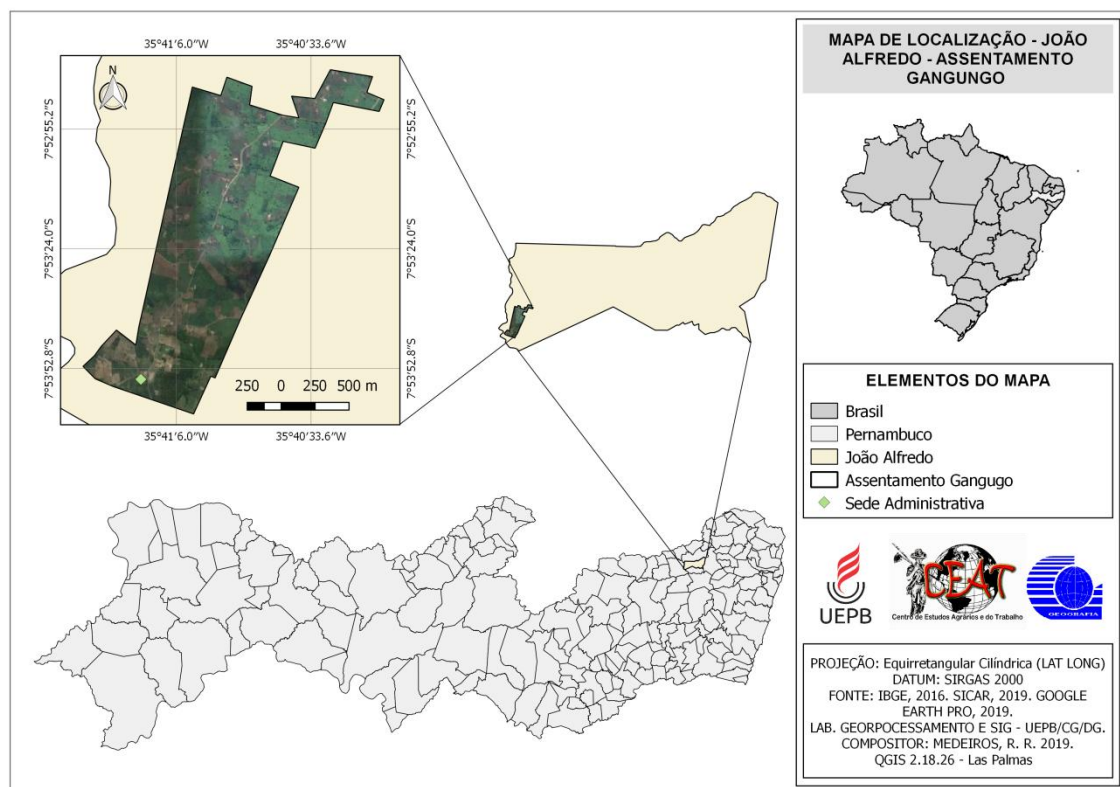
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS	15
2.1. Objetivo Geral:	15
2.2. Objetivos Específicos:	15
3. REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1. Movimentos Sociais	16
3.2. Os movimentos sociais do campo no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no campo brasileiro	21
3.3. A luta pela terra e pela reforma agrária através do histórico de atuação das Ligas Camponesas.....	27
3.4. O MST e sua atuação na luta pela terra e pela reforma agrária.....	37
4. METODOLOGIA.....	49
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
Entrevista realizada na data 29/08/2019 no assentamento Gangungo, município de João Alfredo/PE, com a presente liderança do assentamento.....	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
7. REFERÊNCIAS	78
ANEXO A - Decreto do Assentamento Gangungo	81
APÊNDICE – FOTOGRAFIAS DO ASSENTAMENTO GANGUNGO.....	82

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia foi desenvolvida por meio da influência da pesquisa realizada em campo nos assentamentos rurais do estado da Paraíba, com o orientador Dr Edvaldo Carlos de Lima. Através dos conhecimentos obtidos *in loco*, pontuou-se a inquietação de compreender o processo de luta pela terra e pela reforma agrária no assentamento Gangungo, no município de João Alfredo/PE como mostra a (figura 1), se encontra neste processo de luta dos camponeses.

Figura 1 – Mapa de Localização – João Alfredo – Assentamento Gangungo



Fonte: MEDEIROS, R. R. 2019

Nas últimas décadas estudos sobre a luta pela terra, reforma agrária, movimentos sociais do campo e assentamentos rurais estão sendo desenvolvidos nas ciências sociais. Todas essas temáticas se interligam diretamente com as mesmas finalidades, contra o latifundiário, o modo capitalista de produção, a mecanização do campo, o agronegócio, e entre várias outras prerrogativas existentes no campo.

Para conseguir chegar até a questão assentamento rural, há uma inquietação em buscar analisar dentro dos aspectos geográficos, dentro do campo e nas diferentes referências bibliográficas os sujeitos transformadores do espaço agrário brasileiro. O estado de Pernambuco é fortemente marcado pelos conflitos no campo, e das lutas dos camponeses, devido a esta conjuntura a criação de assentamentos rurais tem uma ênfase na história perante o processo de luta pela terra e pela reforma agrária.

Sendo assim, objetiva-se analisar o processo de luta pela terra e pela reforma agrária, bem como, a consolidação do assentamento Gangungo no município de João Alfredo/PE, visando compreender a importância dos movimentos sociais do campo na luta pela terra, com uma verificação sobre a importância da reforma agrária na estruturação do assentamento Gangungo: História e Significado, cabendo identificar o contexto socioeconômico do assentamento Gangungo;

Desta forma, a presente monografia na parte da revisão de literatura está dividida em seis tópicos, considerando os presentes tópicos, movimentos sociais, movimentos sociais do campo, Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a importância da reforma agrária para o assentamento Gangungo e a identificação do contexto socioeconômico do assentamento Gangungo.

No primeiro tópico, é explanada a atuação e a importância dos movimentos sociais, justamente abrangendo a conjuntura ao qual estava condicionado, como também a seriedade representada nos estudos dos geógrafos brasileiros.

No segundo tópico, é retratado a atuação dos movimentos sociais do campo, defensor da luta pela terra e pela reforma agrária e contra as barbaridades presente no campo, lutando por um campo melhor para os camponeses e pela igualdade social.

O terceiro tópico traz a história de ação de lutas das Ligas Camponesas, movimento social do campo qual foi fortemente reprimido e extinguido durante a repressão da ditadura militar, mas no seu período de atividade no campo, atuou intensamente em prol da reforma agrária e da luta pela terra.

O quarto tópico contempla o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento este em exercício até os dias atuais, atuando no campo em prol da reforma agrária, da luta pela terra, mas também na contemplação por outras lutas, como a soberania alimentar, contra o agronegócio, contra o latifúndio, o sistema capitalista de produção e outros agentes de subversão.

O quinto tópico abrange a relevância da reforma agrária para o assentamento Gangungo no seu contexto histórico e de significado, a reforma agrária é vista para os

camponeses assentados como a solução para os problemas do campo brasileiro. Se não o fim da desigualdade no campo, mas uma redução nessa desigualdade, um campo mais justo diante a todos, há de se salientar sua relevância para a construção do assentamento e todas as possibilidades de melhoria que se foi conseguida.

O sexto tópico traz o assentamento Gangungo e toda a sua estruturação, desde o processo de luta pela terra até a consolidação do assentamento, envolvendo toda uma conjuntura social e econômica no campo, ao qual se observou uma nova vida para as famílias com a criação do assentamento.

Posteriormente será abordada a metodologia, os resultados e discussões, quais foram obtidos através da revisão bibliográfica, da entrevista, e das fotografias, a conclusão, as referências que foram utilizadas para o presente trabalho ser realizado, os anexos e apêndice.

Portanto, a presente monografia busca analisar o assentamento Gangungo diante do processo de luta pela terra e pela reforma agrária, evidenciando os sujeitos transformadores do campo. Perpassando a uma busca no passado sobre as raízes na Geografia, nos movimentos sociais do campo e na reforma agrária, e enfatizando os modeladores do presente.

Nesta perspectiva, deparamos a importância do assentamento rural para os camponeses e trabalhadores rurais sem terra, na luta contra as imprudências presente no campo, essa fração do território abrange toda uma dimensão de valores e significados para quem nele vive e quem nele trabalha e depende dele.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Analisar o processo de luta pela terra e a consolidação do assentamento Gangungo no município de João Alfredo/PE.

2.2. Objetivos Específicos:

- Compreender a importância dos movimentos sociais do campo na luta pela terra;
- Verificar a importância da reforma agrária na estruturação do assentamento Gangungo: História e Significado;
- Identificar o contexto socioeconômico do Assentamento Gangungo João Alfredo – PE;

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Movimentos Sociais

Apontar os estudos sobre movimentos sociais se pondera a seguinte colocação, por se conotarem como sendo estudos recentes na Geografia. Os estudos sobre os movimentos sociais em questão no Brasil começaram a ter ênfase a partir das décadas de 1970 e 1980, período em que o Brasil estava vivenciando a ditadura militar.

No qual procede ao período das décadas de 1960 e 1970 no Brasil, um período muito forte da geografia teórica, pois embora com o crescimento dos movimentos sociais, para o governo federal e para a geografia teórica não eram interessantes os estudos sobre os problemas da sociedade.

Bem como, a geografia teórica não possibilitava os estudos sociais no seu amplo consenso, a geografia crítica é totalmente oposta, ela possibilitou o nascedouro dos movimentos sociais, tratando-se assim com uma nova realidade, totalmente diferente da geografia teórica, pautada no estudo de dados estatísticos. Os novos estudos através do materialismo histórico dialético na década de 1970 incumbem dentro de si os estudos ao qual a sociedade se faz presente, buscando edificar a realidade de homens e mulheres, realidades contraditórias em seus espaços.

Segundo Pedon (2013), com a incorporação ao marxismo e metodológica do materialismo histórico dialético, as pesquisas tradicionais sofreram críticas no final da década de 70, devido às transformações vigentes da sociedade brasileira.

A mudança do método positivista, para o método materialismo histórico dialético traz para os Geógrafos um novo olhar de observar as relações sociais. Os estudos sociais deixam de ser tratados a partir dos dados estáticos, agora são estudados na relação de sua gênese, quais relações são compreendidas a partir do problema encontrado, que medidas devem ser realizadas, qual o papel da Geografia em retratar tal problema social.

Os estudos sobre os movimentos sociais só foram possíveis pelo grande número de movimentos em crescimento, bem como uma nova matriz teórico-metodológica, com os seguintes movimentos sociais em atuação como afirma Pedon (2013, p. 13), “(movimento sindical, movimento camponês, associações de moradores, lutas setoriais: como o movimento por creches, pelo transporte público etc.) que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações”.

Observam-se diversos movimentos sociais elucidados em questão, devido a este crescimento das lutas sociais através dos movimentos, os estudos sobre eles ganha notoriedade dentro da Geografia no Brasil, e aos poucos foi ganhando adeptos de suas causas.

Atualmente autores como Pedon, vêm estudando em escala de nível nacional, representado pelo Brasil, como se estabelece as lutas dos movimentos sociais do campo, dentro os quais se destaca a luta do MST. Neste âmbito saindo da escala nacional do Estado brasileiro para a escala regional, compreende-se a análise dos estudos na região Nordeste, os estudos dos movimentos sociais do campo foram objetos de pesquisas dos autores Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, onde deram essencial contribuição dos conflitos vigentes no campo nordestino, dando ênfase também as Ligas Camponesas.

O Nordeste brasileiro é marcado por conflitos sociais no campo, os estudos sobre os movimentos sociais e sobre os conflitos no campo, ganha corpo com as atribuições dos estudos de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro. Há de salientar esses dois importantes autores, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro para a importância inicial dos estudos sobre movimentos sociais, sendo eles ligados principalmente a temática do Nordeste brasileiro e do campo nordestino.

Autores como Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, mesmo sem todo o aparato de informações que se concede hoje, já abordavam a temática da luta pela terra, em seus livros, sejam eles sobre movimentos que lutaram pela terra, ou contra a questão da estrutura fundiária da região. Como ressaltado por Pedon (2013).

Consideramos os estudos de Manuel C. de Andrade e Josué de Castro como precursores pelo fato de abordarem o tema dos movimentos sociais mesmo que de forma descritiva sem a preocupação no aprofundamento da natureza e implicações de das ações desses movimentos. Os autores apontam que, como consequência da falta de reforma agrária no país e da submissão dos interesses nacionais aos ditames estrangeiros, tem-se um aprofundamento das tensões sociais no campo e a consequente organização social com o objetivo de reivindicar mudanças no quadro agrário brasileiro (PEDON, 2013, p. 28).

Observa-se, a preocupação dos autores com os problemas sociais do país, o emblema da reforma agrária para a solução dos problemas do campo é fator preponderante, no qual os governantes nunca fizeram de fato. As tensões no campo nas décadas de 1950, 1960, 1970 tratando-se da região Nordeste, compreendem com uma forte atuação das Ligas Camponesas, atuante até a década de 1960, o primeiro movimento a se articular em prol da luta pela reforma agrária. Como bem salienta Oliveira (2013).

As Ligas Camponesas tornaram-se, pois, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional: “A partir do seu ressurgimento, as Ligas deixaram de serem organizações e passaram a ser um movimento agrário, que contagiou um grande contingente de trabalhadores rurais e também urbanos (OLIVEIRA, 2013, p. 108).

A retratação de Oliveira com as Ligas Camponesas evidenciam sua importância como movimento social, e em caráter de organização, e de sua luta pela reforma agrária, proporcionando uma grande massa de trabalhadores pelo Brasil e do Nordeste, seja no campo ou no urbano para lutarem por seus direitos.

A partir, dos estudos de casos como os das Ligas, e sendo retratado de forma menos aprofundada os movimentos sociais, mesmo assim, os autores têm a preocupação com as questões ligadas para os problemas que se perpassavam presente no campo nordestino.

O autor Manuel Correia de Andrade mostra a Liga através das dificuldades que perpassam o campo brasileiro, ao observar que as medidas implementadas pelo governo não surte um efeito perante todos, mas só para uma pequena parcela. Deste modo, a maioria dos camponeses não é contemplada com essas medidas, os conflitos se tornam inevitável pela situação do campo nordestino.

Para externar a situação conflituosa do campo nordestino no momento em que estava presente a atuação das ligas camponesas, Andrade (1964), aponta a seguinte colocação:

Deste fato se aperceberam não só os estudiosos dos nossos problemas sociais, como políticos, o clero e o próprio povo, uma vez que o espírito de revolta externado de quando nos pontos mais diversos do Nordeste e as formas embrionárias de organização vêm surgindo dia a dia. Os proprietários de terra, alarmados, temem a reação camponesa, temem a reforma agrária preparada por políticos e técnicos, receiam os planos de recuperação econômica e nada fazem visando melhorar a produtividade de suas terras, aumentar verticalmente a produção, afim de poder liberar para as culturas de subsistência as áreas que fosse gradualmente liberada pela grande cultura, sobretudo a canavieira. A situação alarmante é admitida por todos, uma vez que o próprio governador Aluisio Alves não titubeia em afirmar: “Ou se acha uma solução com medidas financiamento maciço da produção que melhore o Nordeste, ou não chegaremos ao dia 1º de janeiro de 1963, sem uma convulsão sangrenta [...]”(ANDRADE, 1964, p. 244).

Para Andrade, nesta realidade que perpassava o campo nordestino, a sociedade como um todo incluindo desde os políticos ao clero se apercebe o quão grave os problemas sociais estavam sendo elucidados, justamente por ser externado através do sentimento de revolta. Daí o abalamento dos grandes latifundiários com a rebeldia, pois não se esperava essa conjuntura de articulação de todas as partes presente da sociedade, ponderando através da reforma agrária mudanças no campo, em que possa colocar a sobrevivência e a paz no Nordeste.

Os estudiosos naquela época se limitavam ao estudar os movimentos sociais e os problemas sociais do Brasil, tanto que o referencial teórico como base para os estudos eram externo do país, principalmente europeu, assim externando a realidade européia e não à brasileira. Como retratada também a questão da Geografia em que estava em vigor naquele momento, voltada para a natureza técnico – científica, assim pressupõe a não importância dos estudos sobre os problemas sociais, atrelado as estas dificuldades, vigora o campo, um espaço de lutas onde os menos favorecidos são os mais prejudicados.

Em seu âmbito estudo, Manuel Correia de Andrade se coloca fortemente ao um tom crítico ao qual retrata o quanto é degradante a situação do Nordeste, onde o campo nordestino se torna palco para a revolta.

Por sua vez Josué de Castro busca desvendar os certames da pobreza que perpassa diante a população nordestina, a estrutura fundiária mantida no Nordeste pelas elites traz a tona a fragilidade da região. No qual os elitistas provêm de seus privilégios e do interesse do capital estrangeiro, assim organizando o espaço nordestino de acordo com suas necessidades.

Nesta perspectiva do qual o sistema de poder é atrelado às grandes elites, Castro (1967), o define com a seguinte colocação:

[...] Em meados do século passado dominava toda a terra do Nordeste algumas poucas famílias [...] Esta oligarquia representava a dominação da aristocracia rural controlada da vida agrícola, possuidora dos inúmeros latifúndios existentes na Província. [...] um século depois, a Oligarquia continuava cavalcando o Nordeste (Castro, 1967, p. 207).

Em virtude da concentração fundiária marcada pelas grandes propriedades de terras em poder de poucas famílias, o Nordeste presencia os pares das desigualdades marcados pelos traços da dominação dos grandes latifundiários, e dos enormes latifúndios existentes em sua área territorial. Controlando o campo em virtude do poder, prosperando até os dias atuais em pleno século XXI, onde o Nordeste se prevalece das desigualdades do campo e da concentração fundiária, cultivada pelas monoculturas.

A marca histórica da concentração fundiária no campo nordestino, onde a aristocracia rural tinha como posse inúmeras propriedades, massacrava o Nordeste, marcado nas relações de ganho do capital. Desta forma, o capital estrangeiro se apodera das terras do campo nordestino, ampliando as desigualdades, enriquecendo a si próprio o seu patrimônio, enquanto a fome e a miséria estavam presentes na vida dos nordestinos mais carentes.

Como fruto de todo um processo em que os movimentos sociais vigoram dá luta contra inúmeros descasos existentes, sejam eles, no urbano ou no campo, compartilhando do desejo de melhorias para a sociedade e para seus interesses defendidos.

Portanto, as décadas que estavam presentes os autores Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, são marcadas pelo poderio da elite nordestina no campo, marcado pela concentração fundiária, por oligarquias, onde os camponeses sofriam com inúmeros descasos. Mas vira no movimento das Ligas Camponesas uma esperança de luta, pontuando como defensora da luta pela terra e pela reforma agrária, este movimento social do campo influenciou outros que vieram a surgir, como no caso do MST.

Os movimentos sociais do campo tendo ênfase com as Ligas Camponesas no qual foi extinta, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partilham das lutas dos camponeses e de suas reivindicações, propiciando benefícios para todo o conjunto da sociedade, pensando em seus ideais para benefício do movimento e de toda a população brasileira.

O MST surgiu em meio aos contrapontos existentes nos fatores políticos e econômicos do Estado brasileiro, no qual vigora em oposição aos camponeses, o Estado com suas políticas destinadas a atender os interesses condicionados dos latifundiários, fazendeiros, bem como para promover o desenvolvimento agropecuário do campo, ampliava as desigualdades sociais no campo. Desta forma, os camponeses estavam renegados e sujeitos as arbitrariedades que iriam vigorar no campo, portanto, se fazia necessário os camponeses unirem forças para lutar contra as contradições vigentes no campo.

Essas ações propuseram a união dos camponeses para lutar contra a expulsão, a expropriação, e contra o trabalho assalariado, pois desta forma o MST se organizou contra as subversões presente no seu surgimento e se faz presente até os dias atuais. Onde atualmente ainda é preponderante a luta pela terra e pela reforma agrária, mas o MST também se destina a novas lutas e conquistas como, a luta por educação, por saúde, contra o agronegócio e pela cidadania de cada camponês, além de outras lutas.

Os estudos sobre os movimentos sociais custaram a ser retratado pelos geógrafos, é na década 80 em que começam a ser retratados, evidentemente pela euforia dá geografia crítica em sua chegada. O marxismo traz grandes contribuições para a adoção teórica e metodológica pelos geógrafos e estudantes de Geografia, conjuntamente com o método de estudo baseado no materialismo histórico dialético com sua conduta intrigante.

Nesta respectiva elucidação sobre os estudos dos movimentos sociais, Pedon (2013), faz a seguinte afirmação.

Primeiramente, os estudos acerca dos movimentos sociais tardaram a chamar a atenção dos geógrafos. Os trabalhos precursores da temática datam do início dos anos de 1980, demonstrando que nossa ciência ainda colhia os primeiros frutos do período turbulento da gestação da geografia crítica. Relacionada a essa primeira afirmação, apontamos que tal agitação corresponde, do ponto de vista teórico, à adoção do marxismo como embasamento teórico - metodológico pelos geógrafos e estudantes de geografia. Junto ao marxismo veio seu fundamento ontológico, o materialismo histórico dialético. O marxismo e os movimentos sociais chegaram simultaneamente à geografia (PEDON, 2013, p. 24-25).

Na leitura de Nelson Pedon, observa-se a elucidação sobre a questão dos estudos sobre os movimentos sociais e da geografia crítica, além de pontuar que esses estudos foram tardiamente estudados pelos geógrafos, mas que tanto o marxismo como os movimentos sociais adentraram respectivamente no mesmo tempo à Geografia.

Nesta retratação de Pedon, é clara a importância da geografia crítica, e vagarosamente a Geografia iria incorporando os avanços lentamente por meio crítico, se faz jus também o valor do materialismo histórico dialético conduzido pelo marxismo. Desta forma, a Geografia ganha uma intervenção crítica no qual os movimentos sociais estão atrelados com a circunstância de todos esses fatores, há uma ligação entre ambos os acontecimentos.

3.2. Os movimentos sociais do campo no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no campo brasileiro

Os movimentos sociais do campo têm sua impulsão no que tange a transformação do espaço agrário brasileiro, transformações estas que são geridas a partir da implementação de novas formas de como o campo é trabalhado, e as relações de convívio com a terra entre diversas formas a serem entrelaçadas. Os movimentos sociais do campo, segundo Fernandes (2010, p. 1), “são formas de organização socioterritorial, em busca de melhores condições para os camponeses, sem terra e agricultores, lutando pela terra, emprego ou melhores condições de salário”.

Segundo Pedon (2013), o movimento socioterritorial, no qual incluem os movimentos sociais do campo, pode ser considerado como uma forma de organização de classe trabalhadora, tendo por alicerce os grupos populares ou as classes populares excluídas e submissas.

Os problemas que o campo enfrenta, há de se ter uma necessidade conjunta da atuação dos movimentos sociais do campo, é nesta vertigem para lutar contra os avanços exploradores dos sujeitos hegemônicos. A transformação do campo perpassava através do

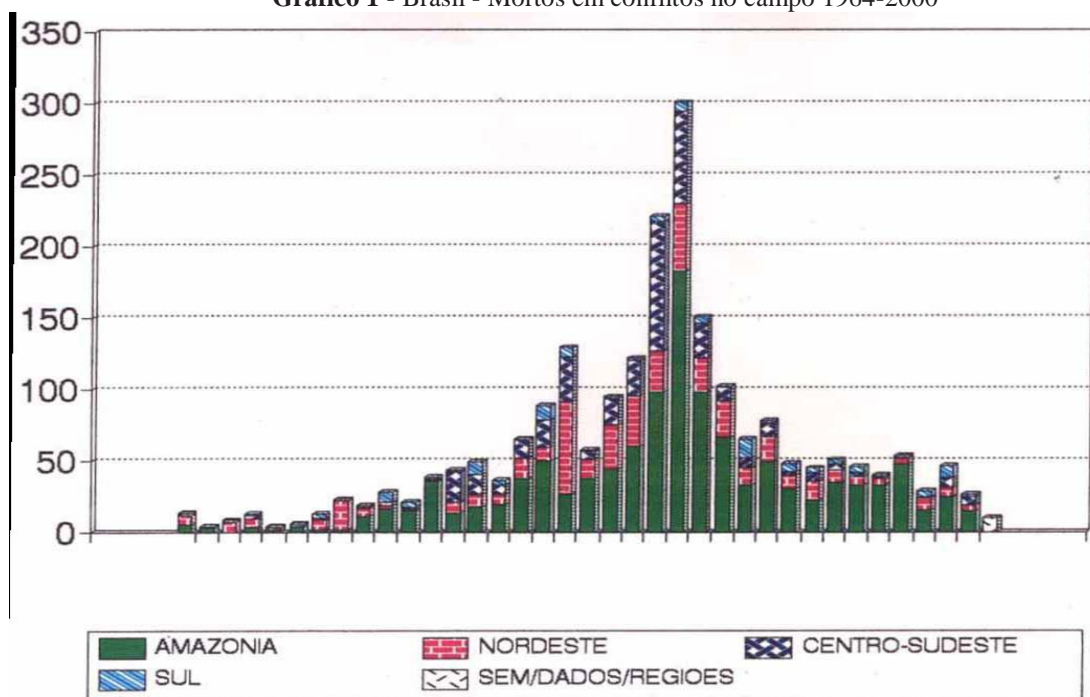
processo da capacidade de introdução de novas formas, apropriação e utilização dos territórios, com objetivo final de implantar uma nova territorialidade.

Por essas prerrogativas que se verifica no âmbito dos movimentos sociais do campo a partilha da luta, pois desde a história do período colonial se sucede a inúmeros confrontos entre os escravos e os senhores de engenhos. Os indígenas, os camponeses, quilombolas e os assentados, são opositores contra a classe dominante apoiada pelo Estado, no qual não constitui a classe trabalhadora o apoio necessário desta mesma condição.

O contexto no qual está inserido o nascedouro sobre os estudos dos movimentos sociais do campo, retratando o processo da luta pela terra e pela reforma agrária é um período conflitante perante a realidade vivida do Estado brasileiro. A década de 1960, 1970 e 1980 é marcada pela forte repressão do Estado perante a sociedade civil, seja no campo ou no urbano, entretanto, mesmo com toda essa oposição vigente os movimentos sociais e as lutas dos camponeses resistiram, e resistem até os dias atuais.

Os dados referentes no (gráfico 1), com início no ano de 1964 e tendo por fim o ano 2000 condiz em uma esfera de mortes e conflitos no campo, onde as regiões Norte e Nordeste são responsáveis pelos maiores índices de mortes, essas regiões são marcadas fortemente através da luta pela terra, pela reforma agrária e entre outros pretextos, latifundiários e fazendeiros.

Gráfico 1 - Brasil - Mortos em conflitos no campo 1964-2000



Fonte: CPT Org.: Oliveira, A. U.

Esse campo conflituoso retratado pela CPT e por Oliveira é uma realidade vivida na presente esfera camponesa, no qual atingem em princípio, os diversos movimentos sociais do campo seja ele o MST, a CONTAG, o MAB, o MPA e entre tantos outros, esses são alguns dos movimentos sociais que atuam no campo, e são fortemente reprimidos.

Os grandes latifundiários, o sistema capitalista, eles se condicionam como um empecilho diante os movimentos sociais do campo, esses geradores da desigualdade no presente espaço, fortalecem a prerrogativa dos movimentos do campo na busca principalmente pela soberania, da luta pela terra, pela reforma agrária, soberania alimentar, social, econômica, entre outras reivindicações.

Nesta eminência, o território para os movimentos sociais do campo é de fundamental importância, pois é daí que exercerão suas atividades para obterem sua autonomia, além do mais compreende uma questão de identidade historicamente construída, o território é poder simbólico da luta, é o espaço físico da luta camponesa.

Segundo Feliciano (2008, p. 6), a luta pelo território compreende uma questão de pertencimento daqueles que tem uma identidade historicamente construída com aquela fração do território, como os indígenas, quilombolas, e povos tradicionais.

No princípio de pertencimento enquanto ao território, é preciso predizer que para pertencer a um território é necessário viver ele, construir sua identificação naquele fragmento do mundo. Portanto, a luta pelo território compreende aqueles quais estão fora do fragmento, entretanto, buscam retomar seu território, lutam para se manter presente nele, visto que os interesses da expropriação é muito grande por parte dos latifundiários.

Porém, a luta por este território gera inúmeros conflitos, conflitos estes realizados através dos confrontos existentes no campo em grandes proporções, trazendo inúmeros casos de ameaças, mortes, assassinatos e feridos. Podem-se ser observados esses casos, através de acontecimentos como Eldorado dos Carajás, o massacre de Feslisburgo e tanto outros, pondo os camponeses e trabalhadores a mercê da violência e da passividade do Estado, Estado este corroborando com os fatos ocorridos.

Enquanto aos conflitos gerados do campo Fernandes (2010), aponta as seguintes subversões existentes:

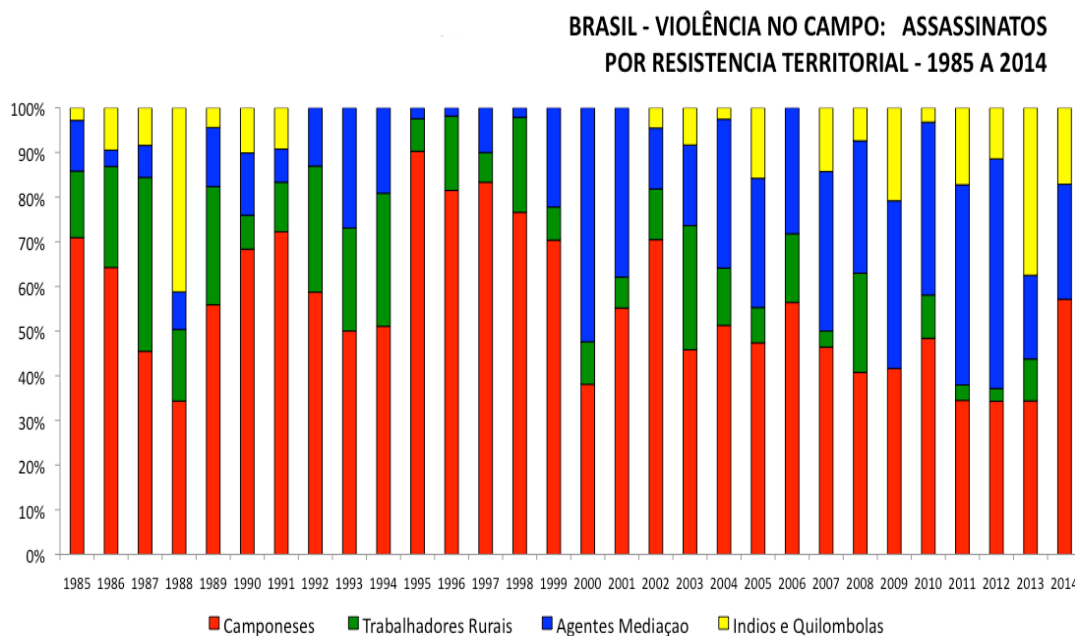
A defesa destes territórios resultou em guerras, como, por exemplo, as guerras de Canudos na Bahia, no final do século XIX e a guerra de Contestado no Paraná e Santa Catarina, no começo do Século XX. Chacinas e massacres marcaram o século XX, como as lutas de resistência de Porecatu no Paraná, na década de 1940, de Trombas e Formoso em Goiás, nas décadas de 1950/60. Na década de 1990, dois massacres marcaram as trajetórias de resistências dos movimentos camponeses.

Corumbiara em Rondônia, no ano de 1995 e Eldorado dos Carajás em 1996. E no limiar do século XXI, em 2004, ocorreu o massacre de Felisburgo em Minas Gerais (Fernandes, 2010, p. 1).

Ao retratar esses fatos ocorridos em diferentes décadas, estados e regiões do Brasil, traz à tona que de fato ainda é recorrente os conflitos existentes no campo, impossibilitando os camponeses de ter acesso ao território por qual lutam. Entretanto, como mística dos latifundiários e fazendeiros a repressão é sempre a mais violenta possível, não se estabelece uma relação em que possa ser considerado o diálogo para a resolução dos problemas, mesmo sendo estes latifundiários que violam as leis, e não estando de acordo com os estatutos.

O (gráfico 2), retrata a violência no campo no período de 1985 até 2014, seja, contra camponeses, trabalhadores rurais, agentes de mediações e quilombolas. Desta forma, compreende-se que não há uma única classe a ser perseguida, mas todos os presentes no campo estão sujeitos à violência, pois os que fazem, ou determina fazer estas atrocidades não se preocupam em saber quem ele vai exterminar.

Gráfico 2– Brasil – violência no campo: assassinatos por resistência territorial -1985 a 2014.



Fonte: CPT, 2015, Org, FELICIANO, 2015.

O Estado se mantém oculto perante esses fatos, deveriam viabilizar a proteção de todos, são cidadãos, e como cidadãos devem ter seus direitos preservados perante a condição que o Estado lhe fornecesse. Os conflitos no campo também contam com a utilização da força

excessiva do Estado perante os camponeses, onde favorecem os grandes latifundiários, fazendeiros e toda a elite presente no campo.

O território para os camponeses tem todo um consentimento de luta, de conquista, identificação, cultura, e raízes, é nesta lógica que os assentamentos rurais se formalizaram, com toda uma carga de valor simbólico.

Ao mesmo tempo em que retratando a luta pela terra e pela reforma agrária, elas adquiriram um ponto central da luta, pois o capital transforma a terra em mercadoria, os latifundiários e o agronegócio não aceitam a realização de uma reforma agrária, no qual se aderem a essa luta as demais outras lutas presente no campo.

Assim compreende Feliciano (2016), sobre a luta pela terra e pela reforma agrária.

Sobre a luta pela terra e pela reforma agrária, entendemos que esta compreende a luta para entrar, permanecer ou retornar à terra, na perspectiva da desconcentração fundiária e pelo o controle da propriedade, do seu trabalho na relação tempo/ espaço, em uma fração do território capitalista (Oliveira, 2008. apud FELICIANO, 2016, p. 6).

Assim, Feliciano compreende o processo da luta pela terra e pela reforma agrária como a retomada do devido território camponês, ao qual ele foi expropriado pelo sistema capitalista bem como, a participação presente dos latifundiários. Onde a concentração fundiária permanece presente e se ampliando ainda mais, entretanto, as lutas revigoram toda interlocução indevida do campo, pois as transformações geridas pelo sistema capitalista são perversas em sua atuação, mas a luta pela terra e pela reforma agrária é essencial poder de desarticulação do sistema capitalista e dos grandes latifúndios.

Desta forma, na nossa compreensão a reforma agrária é o conjunto de ações que busca o acesso a terra, a melhoria por qualidade de vida, por educação, saúde, segurança, cidadania, segurança alimentar, por transformações sociais no qual visem trazer melhorias para os camponeses em sua vivência com o seu território.

O sistema capitalista produziu no seio de suas necessidades os conflitos, gerados por sua exploração a produção alimentar, a mecanização do campo, o uso de agrotóxico por parte do agronegócio, desvirtua o que prega os camponeses e suas necessidades. Na medida em que os camponeses buscam uma soberania alimentar e de boa qualidade, com o manejo correto do solo e aproveitando ao máximo o trabalho humano, o agronegócio deslança sendo o inverso das práticas camponesas.

Em nosso entendimento, a nossa agricultura em antagonismo ao agronegócio proporciona a força de luta contra este sistema vigente no campo, o agronegócio traz uma

propaganda falaciosa de seus produtos, trazendo-os como os bons produtos e ganha expressão com a mídia. No entanto, a nossa agricultura camponesa, não é refletida na mídia, mas é marcada por sua preocupação em produzir alimentos bons e verdadeiros, utilizando as verdadeiras sementes originais, uma produção sem veneno, sem agrotóxicos, sem o envolvimento capitalista, essa é a verdadeira agricultura que abastece milhões de famílias brasileiras.

Como processo dessa agricultura camponesa, trazemos modos de produção alimentar que buscam a sustentabilidade social, cultural, econômica, e em manter a relação sociedade e natureza harmoniosa. A agricultura familiar e a agroecologia são pautadas em produção alimentar destinada a manter as raízes culturais, envolvendo as famílias, a sua cultura camponesa, o modo de estar em harmonia com o ambiente natural, pois sabem que são essenciais para manter a produção de alimento bom e saudável.

De acordo com Fernandes (2010), a produção alimentar é retratada na luta dos camponeses como uma forma também de resistência.

As lutas pela terra e por reforma agrária, por recursos e infraestrutura predominam nos processos de expansão e desenvolvimento da agricultura camponesa ou familiar. As lutas por emprego e melhores condições do trabalho assalariado também continuam apesar de sua diminuição por causa da mecanização promovida pela modernização da agropecuária. Os movimentos sociais do campo sempre representaram formas de resistência contra a expansão do capitalismo. Desde os quilombos até os assentamentos de reforma agrária, os movimentos sociais do campo têm organizado territórios para o desenvolvimento da produção de alimentos e outros produtos, por meio das relações familiares, comunitária, associativa ou cooperativa (FERNANDES, 2010, p. 1).

Através da exploração agrícola realizada pelo agronegócio, o sistema capitalista expande sua concentração de terras, expropria famílias, tendo como principal fator o lucro, lucro este presente nas mãos de poucos. Mas os camponeses são resistência contra essa demasiada conotação, ao qual reiteram suas práticas, com produção de alimentos saudáveis e em conjunto sociável com a natureza, apenas lutando pelo seu território em que possam sobreviver a partir de sua terra.

A luta contra o sistema capitalista, contra os latifundiários, fazendeiros e contra o agronegócio, são resistências dos camponeses na busca por sua liberdade, onde foram exprimidos por tais condutas, ações, e forças de repressão desses sujeitos contraditórios qual estão presente no campo. Em virtude das contradições vigentes no campo, a luta pela terra e pela reforma agrária é o ponto de partida para superar os desafios que se colocam contra os camponeses no campo, articulando-os em resistências para enfrentar os absurdos.

Se não houvesse aqueles que unissem forças para lutar contra essa demasiada interlocução do sistema capitalista e das elites, talvez chegássemos a lastima imprudência de não sabermos a realidade drástica que vive o campo brasileiro. Os movimentos sociais do campo estão na luta há muito tempo, eles vêm enfrentando os diversos fatores controversos que estão presentes em sua luta.

Os movimentos sociais do campo são preponderantes para a transformação social do campo brasileiro, por estarem em busca de condicionantes que possibilitem o avanço da sociedade, de uma forma que traga benefícios. Sendo estes para o bem social de ambas as partes, enquanto do movimento e da sociedade, e se pronuncia também contra as subversões presentes da realidade brasileira no campo, como bem foi a Ligas Camponesas e atualmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e tantos outros movimentos sociais do campo.

Portanto, as Ligas Camponesas tem grande relevância no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, como movimento social que lutou contra as imprudências do campo no cenário nordestino e brasileiro, sua retratação deve ser elucidada como processo de compreensão do contexto agrário brasileiro.

3.3. A luta pela terra e pela reforma agrária através do histórico de atuação das Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas foi um movimento social do campo que marcou o processo da luta pela terra e pela reforma agrária principalmente no Nordeste, em especial nos estados de Pernambuco e Paraíba. Onde se obteve de uma forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em pouco tempo de atuação as Ligas Camponesas conseguiram abranger uma dimensão espacial de relevância em diversos estados, tomando extensão a nível nacional, e rompendo com as fronteiras regionais.

Conseguiu ganhar relevância graças ao fruto de sua luta, em um processo de muito trabalho com a sociedade, em especial do campo, é produto de muitos conflitos e embates contra os senhores de engenhos e latifundiários. Mesmo assim com os conflitos existentes, ela ganhou relevância no cenário nacional, estando em mais da metade dos estados brasileiros no ano de 1963.

Como bem afirma Motta e Esteves (2006), no ano de 1963, de 22 unidades federativas, 18 continham as Ligas, Pernambuco com 64, era o Estado com o maior número

de Ligas organizadas, de um total de 218 pelo país. Por esse pressuposto que se designa a sua importância não só em âmbito regional, mas também em representação nacional.

As ligas camponesas agregavam em sua participação um conjunto diverso de trabalhadores, sendo estes elucidados por Pedon (2013, p. 31), como: “arrendatários, foreiros, meeiros a pequenos proprietários, todos associados à produção de pequena escala de comercialização e excedentes, dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria”.

Na luta contra o latifúndio existente no campo brasileiro e nordestino, as Ligas é uma resistência do desenfreado sistema capitalista e do monopólio existente dos latifundiários, rechaçando a demasiada impunidade do campo, seja elas, com os latifúndios, os conflitos, a expropriação ou os direitos civis dos camponeses. Seu surgimento se concedeu como afirma Oliveira (2007).

Na década de 50, mais precisamente no dia 1º de janeiro de 1955, foi no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, a pouco mais de 60 km de Recife, que praticamente nasceu o movimento conhecido como "Ligas Camponesas". A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação absurda do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos. Década em que retrata o começo da industrialização do Brasil, e assim também as transformações do campo no qual ia se permeando (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Devido a este aumento do foro por parte dos latifundiários, ao qual dificultou os camponeses o poder de continuar pagando o devido foro, os camponeses se viram em uma situação complicada, em que não tinha como conseguir pagar suas dívidas, como também o aumento excessivo da jornada de trabalho. Pois era necessário o aumento da produção canavieira para uma maior arrecadação pelos senhores de engenhos, para poder suprir as necessidades dos donos de engenho na produção da cana-de-açúcar, aumentava-se a jornada de trabalho.

O senhor de engenho não levou em conta a participação dos camponeses em relação ao aumento do foro e da jornada de trabalho, trazendo benefício para si próprio, enquanto a demasiada classe trabalhadora de camponês se via na injustiça. Sendo os camponeses pegos de surpresa com essas mudanças, assim, configurando os entraves entre ambas as classes no engenho Galiléia.

Desconsiderando os camponeses e sem saber destas mudanças, Motta e Esteves (2006), retrata da seguinte forma.

O incremento da produção de cana e a demanda pelo aumento do pagamento do foro eram transformações em curso não previsíveis pelo camponês. No entanto, gestou-se de forma nítida a percepção de injustiça, marcando a sua memória: “ “Aí já viu, né? **Nós já tava sentindo uma pontinha de injustiça**. Era foro alto, era cambão de mais dia. *Era o sinal.* ”²¹Ainda segundo Rangel, Antonio Joaquim, nossa personagem, tinha acesso a um sítio, onde trabalhava com sua família. Ali era seu canto, marcado por uma idéia de liberdade, ainda que limitada (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 17).

A injustiça realizada por parte do senhor de engenho contra os camponeses, moradores e trabalhadores deste engenho, gerou atritos entre as partes, pois se via a exploração sendo feita em sua relação de trabalho e pagamento. Mostra-se o quanto a exploração por parte do senhor espremia a relação de convívio entre ambas as partes, para o camponês o seu pequeno sítio era o lugar onde ele podia ter sua liberdade, e exercer suas práticas juntamente com sua família, produzir seus alimentos, vender seus excedentes entre outras realizações.

Para sua estruturação, era necessário que as Ligas Camponesas se obtivesse de líderes com conhecimento da luta pelo o qual o defendia, para assim conseguir desenvolver o movimento, pois para sobreviver nas décadas de 1950 e 1960, com toda uma conjuntura menosprezante com os camponeses, era uma difícil realidade.

Para a constituição das Ligas primeiramente foi necessário a união de um grupo de foreiros, no qual futuramente iria ser chamada de Ligas Camponesas, o nome de Ligas Camponesas veio através dos jornais do Recife, pois do ponto de vista dos jornais, eles os viam como o mal do campo. Assim, retratavam para torná-la ilegal, retratando a influência do então advogado e deputado no qual era gerador dos conflitos do campo, sendo qualquer feito realizado pela Liga ligado a caso policial, percebe-se o quanto de anseio de vontade para manchar o nome de Francisco Julião e do movimento das Ligas.

Os foreiros que se uniram para em 1954 para criar a SAPPP, que logo depois se chamaria de Ligas Camponesas, segundo Bastos (1984).

Ao fim do ano, Hortêncio reuniria um pequeno grupo de foreiros, entre os quais José Francisco de Souza, administrador do engenho, conhecido como Zezé da Galiléia, que exercia forte liderança. Sob orientação de José dos Prazeres, fundam a sociedade, cuja diretoria está assim constituída: Presidente – Paulo Travassos; Vice-Presidente – Zezé da Galiléia; 1º Secretário – Osvaldo Lisboa; 2º Secretário – Severino de Souza; 1º Tesoureiro – Romildo José; 2º Tesoureiro – José Hortêncio; Fiscais – Amaro Aquino (Amaro do Capim), Osvaldo Campelo e João Virgílio. Associação - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuarista de Pernambuco – SAPPP – obtém seu registro após um mês. Do ponto de vista legal, caracteriza-se por constituir-se numa sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos são, primeiramente a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (as sociedades funerárias são comuns na região) e, secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicação de assistência técnica governamental (BASTOS, 1984, p. 18).

Desta foram, com essa estruturação da SAPP, buscavam-se assim melhores condições para os camponeses que trabalhavam e moravam naquele referido engenho, tratando-se em bases legais para a efetivação de sua atuação em meio ao campo. Composto por um núcleo que participava ativamente da luta, propondo uma aproximação até mesmo com o proprietário da terra, no qual devido à influência do filho se resignou a atuar em prol da SAPP, tentando desarticular para que não fosse possível o avanço diante a sua propriedade, realizada através de intimidações e pedindo a expulsão dos camponeses.

As Ligas para se fomentar em bases legais era necessário recorrer às entidades governamentais, como o caso do governo pernambucano. Os foreiros foram de encontro com o governador General Cordeiros de Farias, mas este o negou o pedido contra a subversão do senhor de engenho. Visto que não se conseguiu apoio com o governador de Pernambuco, e o apoio necessário do senhor do engenho, recorreram a uma figura que ficaria marcada na história das Ligas Camponesas, conhecido como Francisco Julião. Segundo Oliveira (2007), este sendo.

A principal liderança nacional das Ligas foi Francisco Julião Arruda de Paula nascido no dia 16 de fevereiro de 1915, no Engenho Boa Esperança, no município de Bom Jardim, era advogado e foi eleito deputado pelo Partido Socialista: “Francisco Julião [...] aglutinou o movimento em torno do seu nome e de sua figura, conseguindo reunir idealistas, estudantes, alguns intelectuais e projetando-se como presidente de honra das Ligas Camponesas” (OLIVEIRA, 2007, p. 107)

Francisco Julião, ao qual defendeu inúmeras causas das Ligas, tendo forte influência e atuação sobre ela, se verifica o quão ele conseguiu trazer para si inúmeras partes da sociedade, tratando-se de alguém que retravava o povo, os camponeses. Era necessária uma ponte em que fizeste ligação entre ambas às partes que compõe a sociedade, pois o movimento não está incluso desta, apoderando-se desta influência no qual Julião detinha, o movimento conseguiu ganhar conhecimento e consideração perante todos da sociedade civil.

Ele foi um defensor de inúmeros casos dos camponeses, tratando de ser advogado e também deputado estadual do estado de Pernambuco, detinha de conhecimento e bases legais para se colocar diante as diversas situações.

Como bem retrata Bastos (1984), sobre Julião e as causas camponesas.

Julião já defenderá inúmeras causas de camponeses, mas causas isoladas. Percebe nesta, por trata-se de grupo organizado, um grande grupo de potencial desenvolvimento. Instaura processo invocando a lei dos locatários. Mas, ao lado da luta judicial, utilizava-se da Tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar tanto

a situação dos “galileus” quanto as arbitrariedades a que são submetidos (BASTOS, 1984, p. 19)

Pelo fato de ser um grupo organizado que facilite o trabalho de Julião, e de propriamente da própria Liga, a um respaldo para o envolvimento da defesa, pois se tratando de uma articulação bem feita se ponderam com os incrementos da defesa nas causas, o âmbito de ser ligado a uma esfera legal, correlatando os verdadeiros fatos ocorridos no campo. No qual também se sobressai como ponto a favor dos foreiros para a luta, é o fato de Julião ser um deputado estadual, tendo força para enfrentar e falar pelos camponeses as arbitrariedades no qual se estava presente naquele engenho e no campo brasileiro.

A importância de Julião para com as Ligas Camponesas, de fato é reconhecida em sua vontade de defender este movimento, com o qual pretendia trazer melhorias para o campo, mas para isto é preciso superar diversos obstáculos presente.

Sendo este defensor dos camponeses, compreende-se que o diálogo entre os camponeses e Julião seja, respaldado de forma compreensível por ambas as partes. Entendendo a dificuldade no qual a educação se colocava naquele momento, sendo de formas simples e na linguagem camponesa suas expressões, desta maneira conseguindo conquistar com paciência e obstinação os camponeses.

Francisco Julião estava disposto a preparar os camponeses para a luta e tornando-os politizado, com os passos a serem seguidos de um processo pedagógico, como bem salienta Motta e Esteves (2006), nos seguintes pontos destacados.

A participação no “mundo do camponês”, o que significava que a tarefa de aproximação visando à arregimentação dos trabalhadores rurais para as Ligas deveria ser realizada nos “espaços de sociabilidade” desses trabalhadores; 2) a abordagem, a comunicação estabelecida deveria ser feita em “linguagem singela”, tendo consciência dos altíssimos níveis de analfabetismo no campo, o que implicava na necessidade de se estabelecer um discurso repleto de metáforas que aludiam ao próprio “mundo camponês” ao qual estavam acostumados; e, finalmente, 3) a conquista do camponês para a luta (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 5).

Conota-se o valor de se fazer presente ao mundo dos camponeses, vivenciar a realidade ao qual estão submetidos, com as dificuldades existentes no campo, como também entender as dificuldades para a comunicação, pois é através dela que irá ter as principais conexões, para que não exista uma dispersão dos conhecimentos. E por vigorar o espírito de luta do camponês, contra as mazelas presente no campo em busca de seus direitos e deveres.

Permeando-se todo um conjunto de ações efetivadas pela mobilização de Julião com os camponeses, há de se vigorar no campo uma conjuntura prevalecendo os desejos e anseios

da conquista de suas lutas. O emblema da possibilidade de avanços para o campo em diversas áreas abre uma esperança de um futuro melhor, retratando em educação, acesso a terra, a soberania alimentar e muitas outras questões.

Seu discurso sempre foi com uma entonação muito forte e muito clara para os camponeses, por meio que os seus objetivos sejam alcançados e obtenham existo perante a quem esteja sendo recebido e retratado. Buscando florescer o entendimento e a dimensão de alguns pontos principais, como se destina ao caso da reforma agrária, a essência do campo em se fazer a reforma.

A prerrogativa utilizada em seu discurso sobre a reforma agrária, utilizada de forma simples, mas direta, é retratado na seguinte exposição, no qual segundo Motta e Esteves (2006), retrata.

“Que é a reforma agrária? A reforma agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la de erosão. É o fim da seca do Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de 6% ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão” (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 6).

A forma como conduz sua pauta em torno da reforma agrária, prediz em poucas palavras e frases o quanto ela é importante para os camponeses, é transformar todo seu conhecimento e estudo, em base comum. Mas que não perde o valor, e sim favorece a explanação retratada, traz para si os camponeses em acordo com o movimento das Ligas, compreendendo suas dificuldades e necessidades.

Ao retratar a luta dos Galiléias se concede principalmente da luta pela terra e pela reforma agrária, mas é muito mais amplo a sua devida luta, pois enquanto um movimento indo contra o latifúndio, o sistema vigente, a mídia entre tantos outros, se repele aos embates. O campo nas décadas vigentes de 1950 e 1960, no qual foram às décadas quais estava presentes as Ligas com uma atuação forte, são marcados por atraso, conflitos, mortes, assassinatos e grandes propriedades monocultoras.

As transformações pelo qual os camponeses lutavam iriam contra os senhores de engenhos, e os grandes latifundiários, no qual jamais iriam ceder suas reivindicações, está sendo, portanto, uma luta de classes desigual. A luta do Galiléia se mostrou perante a

sociedade do Brasil as dificuldades existentes no campo, entretanto, as elites ou os governantes muito pouco fizeram algo para mudar a realidade.

O medo de expansão do movimento com a conjuntura que se deu diante do Galiléia, levou a jornais renomeados do Brasil a estamparem em suas capas colocações contra o movimento. De acordo com Motta e Esteves (2006, p. 8), “em 18 de fevereiro de 1960, o jornal O Estado de São Paulo, registrou em editorial suas impressões, num artigo intitulado, “Demagogia e Extremismo”.

Nessas impressões realizadas pelo jornal, a colocação é veementemente concebida ao apoio da elite. Conforme Motta e Esteves (2006), elucidam a publicação.

“Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho da Galiléia para, num ilícito e violento golpe no principio da propriedade distribuí-la aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar”

E continuava:

“o movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento de fábricas, com assaltos a casas de residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o governo pernambucano incendiou, foi a revolução” (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 9)

Observa-se, que o jornal impunha a criticar o governador por sua iniciativa, mas não retrata em que foram feitas em bases legais, pois o movimento buscou de se apoiar nas esferas legais ao qual estavam na constituição. Retratando o movimento como se fosse este o gerador do conflito, para trazer a população uma imagem negativa, a imprensa correlatando o interesse das elites e fechando os olhos para os camponeses.

Essa imagem do movimento negativa realizada pela imprensa, no qual suprimia as colocações que não são verídicas, se compreende pelo fato deste movimento está alcançado dimensões e trazendo a toda população as verdades do campo, onde também se concerne o sentimento de revolta. Entretanto, é organizado e busca o bem estar social, inferir as leis e sua autonomia social não é da virtude deste movimento, o que visam são seus direitos, direitos estes negados por meio do sistema capitalista de produção, dos latifundiários, dos senhores de engenho e das subordinações ao qual são submetidos.

Por mais que tentem inviabilizar suas condutas e suas ações de maneiras indiscriminadas, o movimento mantém a força perante os descasos e falsas teorias inventadas sobre ele. O seu foco é trazer benefícios para a população e para os camponeses, estes sem

apoio das principais estâncias dos governantes brasileiros, em seus diversos estados ao qual permeia, o campo é seu território de luta.

Os Galileus viam na reforma agrária e na desapropriação do engenho como um marco muito grande, um feito que lhe possibilitava a liberdade, o sentimento da luta, e ter o resultado esperado. Por mais que seja exaltado ainda todo o medo que vigorava o campo naquele momento, a desapropriação leva a condicionar o incentivo em outros estados de outras Ligas, de fortalecimento do movimento.

Portanto, a exaltação da desapropriação é mostrada da seguinte maneira afirma Motta e Esteves (2006).

1959 é o ano da desapropriação do engenho Galiléia com tudo o que isso significou: entusiasmo dos camponeses que no Recife desfilavam vitoriosos pelas ruas e assim incentivavam a criação de muitas outras Ligas Camponesas no Nordeste; o recrudescimento da violência cotidiana dos donos de terra que, assustados, tentavam conter essa 'explosão'; debates acirrados nos jornais; emergência de Francisco Julião como líder que anunciava sua intenção de espalhar as Ligas por todo o Brasil e era por isso visto como uma esperança e na mesma medida como um perigo (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 8).

O medo que os latifundiários tinham das Ligas era enorme, e de qualquer maneira possível tentaria impedir os avanços dela, eles recorreriam a fazer por meio da violência, dos conflitos, de assassinatos entre outras medidas. Por isso mesmo com a desapropriação do engenho deve-se se colocar em pauta que ainda haverá mais conflitos, se concede também em base de cuidado para os camponeses, os latifundiários não se ver perdendo terra para os camponeses e por aqueles a quem detinha poder.

Para salientar o quanto a violência esteve presente no momento de atuação das Ligas Camponesas, e foram brutais, recorremos à lastimável imprudência dos assassinatos, pois também ocorreram diversas greves neste tempo de atuação das Ligas.

Assassinatos estes ocorridos em diversos estados do Nordeste, como destaques para os estados de Pernambuco e Paraíba, onde o assassinato de um líder da Liga do município de Sapé/PB ganhou repercussão nacional. De acordo com Oliveira (2007), a marca da violência, também, sempre esteve presente no processo de luta das Ligas Camponesas, junto com o crescimento das greves, por exemplo, registrou-se o assassinato das lideranças dos trabalhadores.

Bastos (1984), retrata estes fatos lamentáveis ocorridos com a seguinte afirmação.

A marca da violência, também, sempre esteve presente no processo de luta das Ligas Camponesas. Junto com o crescimento das greves, por exemplo, registrou-se o assassinato das lideranças dos trabalhadores:

“... entre 1954 e 1962 ocorreu em Pernambuco apenas uma greve entre os trabalhadores rurais (cortadores decana em um engenho em Goiana, em outubro de 1955). O ano de 63 assinala a ocorrência de 48 greves, sendo duas delas gerais (em nível estadual). Mas crescem também as ações repressivas ocorrem em janeiro desse ano o assassinato do cinco camponeses na Usina Estreliana, entre agosto e setembro são assassinados Jeremias (Paulo Roberto Pinto, líder trotskista) em També, Antônio Cícero, em Bom Jardim, o delegado sindical da Usinado Caxangá. Na Paraíba, além do assassinato de João Pedro Teixeira, em Sapé, ocorrem choques, com várias mortes, ainda em Sapé e Mari” (BASTOS, 1984, p.111).

Os conflitos existentes no campo contra os camponeses se perpassam em um cenário desfavorável a atuação dos movimentos sociais do campo, pois havia falta de segurança, e os camponeses se viam inseguros, assim estavam expostos as diferentes formas de repressão. Os assassinatos, mandatos de mortes, entre outros casos eram frequentes no campo, pois os camponeses prescindiam o âmbito de mudanças, com as denúncias recorrentes dos descasos em propriedades.

A luta por seu território e pela reforma agrária perpassavam com o movimento das Ligas Camponesas, os camponeses contavam com o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, em especial das Ligas camponesas, atuando em conjunto da sociedade e no campo brasileiro. Para que fosse alterada toda a conjuntura presente no campo, manchado ao mesmo tempo por sangue derramado de inocentes. O assassinato do líder João Pedro Teixeira no município de Sapé é um caso brutal de repressão ao movimento, este lembrado sempre por todos que compõem a luta no campo, seu assassinato ganhou repercussão nacional, pois era uma das maiores liga do Nordeste.

De acordo com Oliveira (2007), a repercussão da violência retratada em âmbito nacional com a morte de João Pedro Teixeira.

Dentre a onda de violência, o assassinato de João Pedro Teixeira, líder e camponês da Liga do Sapé -Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé - foi um dos que ganhou projeção nacional, pois essa liga era uma das maiores do Nordeste, com mais de sete mil sócios (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Os assassinatos nos estados de Pernambuco e na Paraíba revelam o quanto forte era à atuação das Ligas nesses estados, a morte de João Pedro Teixeira líder em Sapé, correlata a impunidade vigente no campo. Os demais casos de violência também não são diferentes, pois todos estavam lutando por seus direitos, direito a sua terra, sua morada, sua dignidade seja como camponeses, ou como um líder do movimento.

O medo para quem luta para o bem estar de todos naquelas décadas vigentes imperava, foram mais uns nas estatísticas nos casos de assassinatos ou de violência no campo, onde a impunidade vigorava, entretanto, o movimento nunca foi calado por aqueles que queriam o ver destruído.

Com o medo recorrente e o cenário político brasileiro indo contraditório as Ligas e os camponeses, ela resistiu o quanto pode, mas obteve um fim devido à repressão da ditadura militar iniciada em 1964. Como afirma Oliveira (2007), sobre a desarticulação das Ligas:

O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e “desaparecimento” das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável. Deu-se, aí, o início de um grande número de assassinatos no campo brasileiro, conforme os dados levantados nos dossiês: *Assassinatos no campo: crime e impunidade - 1964/1986* publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, *Conflitos de Terra - 1986*, elaborado pelo MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e *Conflitos no Campo Brasil* publicados anualmente pela CPT - Comissão Pastoral da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Assim foi feita a desarticulação do movimento das Ligas Camponesas, através da repressão violenta, com mortes, desaparecimentos e sempre buscando os líderes, pois eles detinham a maior influência sobre o movimento e os demais camponeses. Ao perseguir os líderes enfraquecem o movimento, e para se estruturar novamente e encontrar um atuante que tenha conhecimento e seja preparado para a luta, é um processo lento.

Desta forma, as Ligas Camponesas conseguiu uma dimensão que levasse esperança para os camponeses, o sentimento de liberdade, a explosão da revolta e prioritariamente a luta pela terra e pela reforma agrária, como também novos movimentos sociais surgiram da história de sua luta. Portanto, em sua dimensão conseguiu expandir seu nome, deixando nitidamente o quanto se fazia necessário naquela época a sua necessidade para os camponeses na luta pela terra. Seu processo de espacialização foi de fundamental importância para sua sobrevivência, mesmo em pouco tempo de atuação.

A respeito da espacialização das Ligas Pedon (2013), afirma que.

Acerca da espacialização e alcance das Ligas, Andrade aponta que mesmo nos municípios que não possuíam núcleos havia uma relativa influência. Julião teria afirmado que, mesmo de forma desordenada cresceu a ponto de toda Zona da Mata e boa parte do semiárido do Nordeste não havia sido fundada, é “comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: ‘graças a Jesus Cristo a ‘Liga’ vai chegar. Será nossa liberdade’” (PEDON, 2013, p. 32-33).

Dentro dessa perspectiva de movimentos sociais do campo, devemos nos ater ao passado e ao presente, as Ligas foi um movimento que marcou as questões sobre a luta pela terra, mas foi extinta na ditadura militar. Entretanto, com tantas repressões sofridas por parte dos latifundiários e do Estado, os movimentos sociais do campo ficaram reprimidos nos anos em que se configurou a ditadura militar, mas não deixaram de existir, continuaram presente em suas lutas.

3.4. O MST e sua atuação na luta pela terra e pela reforma agrária

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um grande movimento social do campo que surgiu a mercê da luta pela terra, e se mantém vivo até os dias atuais no Estado brasileiro. Surgiu, a partir das transformações que se perpassava a agricultura brasileira e a política, nas décadas de 1970 e 1980, especificamente tendo sua criação no Sul do país, é um movimento que bebeu de várias fontes em sua constituição.

Sendo totalmente contra o momento em que vivia a agricultura brasileira, e em especial na região de sua fundação, na década de fundação do movimento se perpassava como um momento de transformações do campo, no qual os camponeses sofriam e sofre até o presente século com as imparcialidades presente no campo. Stedile e Fernandes(2012), abordam da seguinte forma.

No Sul do país, considerado o berço do MST, o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização da agricultura, seja no Rio Grande do Sul, com uma lavoura casada com o trigo, que já tinha uma certa tradição, seja no Paraná, como uma alternativa do café. A mecanização da lavoura e a introdução, digamos de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 17).

Tratando-se desta conjuntura que perpassava o campo em especial do Sul do país, os latifundiários utilizando métodos contraditórios dos camponeses, conseguiram deste modo provocar a expulsão deles para outras áreas e regiões do país.

Os trabalhos realizados com a mão de obra camponesa foram sendo substituída pela mecanização do campo, vindo a provocar a expulsão destes para a cidade em busca de emprego. Portanto, para manter a sua sobrevivência e de sua família se via necessário a cidade como saída de sobrevivência, esse processo da ida dos camponeses para a cidade, se configurou como chamado de êxodo rural.

Outro ponto que se vale ressaltar, e dar ênfase é a questão alimentar, no qual o uso de agrotóxicos envenena os alimentos, prejudicando também o solo e a água. O uso de fertilizantes, inseticidas entre outros meios, prejudica tanto a saúde dos camponeses como também da população brasileira, no qual nos dias atuais é fortemente utilizado dessas medidas na produção dos alimentos, e de tantos outros produtos que abastece a cesta básica da população brasileira.

Levando em consideração também a soberania alimentar camponesa, ela se tornou ameaçada, pois com o avanço das transformações do campo, os camponeses acabaram ficando sem terra para a produção de alimentos. A contaminação do solo, ar e água com o uso errôneos dos agrotóxicos atinge também a produção do camponês, mas por mais que se tenham esses ditames contraditórios, os camponeses conseguem em um pequeno território se sobressair e produzir seus alimentos, abastecendo assim sua família e vender os seus excedentes.

Mas não só implica nestes problemas que se perfaz o campo, os problemas sociais também se ponderam frente à transformação do campo, e o MST se faz presente dentro de todo o conjunto ao qual envolve toda a sociedade. A industrialização brasileira com a modernização do campo expulsou uma grande parcela de camponeses para as cidades, como também o governo tentou impulsionar um processo de colonização de outras regiões, no qual nunca foi aceito pelos camponeses do Sul do Brasil.

Segundo Stedile e Fernandes (2012), sobre a modernização da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas, correlatam da seguinte forma:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas saídas – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 19).

Tanto a expulsão para a cidade e outras regiões, como a modernização do campo provocaram perdas para os camponeses, estas sejam no que implicam a sua morada, a sua terra, a soberania, dignidade de poder ter onde trabalhar e morar, onde sempre quiseram, ou seja, em sua região. No mais que tinham que se adequar a uma nova realidade, não prevalecia sua cultura, seu conhecimento sobre a terra, não saberiam se iam ter moradas, bem como, a independência econômica, entre outros fatores contraditórios.

A modernização tomou as terras dos camponeses e seus trabalhos, mas acenderam para estes a resistência e a organização do movimento. Segundo Stedile (2012), os camponeses têm o desejo de continuar onde moram e no campo, pois é o que sabem fazer, é trabalhar na terra. Seja, qual for sua conotação, meeiro, arrendatário, agricultores entre tantos outros, todos só querem sua terra.

Assim sendo, o MST se gera como uma partilha da luta contra o processo de mecanização do campo, dá soberania alimentar, contra a ida para outra região e contra a sua ida para a cidade, onde no campo eles conseguiam obter sua sobrevivência e sua liberdade.

Nessa eminência que se vivia o campo brasileiro na década de 1980, o MST é um movimento que foi ganhando espaço em território nacional, a partir de suas lutas. Mesmo que enfrentando várias dificuldades para se manter na luta, nunca foi deixado de lado a importância de suas idéias, enquanto participante ativo da transformação da realidade do campo brasileiro.

Com o movimento articulado, a luta no campo é marca presente dos embates entre o MST e os latifundiários, os ditames que os regem se diferenciam no que concede a seus interesses divergentes. Enquanto o MST busca obter a terra, a liberdade, a autonomia, soberania, dignidade e exercer a cidadania, tão importante para os camponeses e para o movimento. Os latifundiários presentes no sistema capitalista de produção, exploram, expropriam, contaminam a terra, água e ar, e assassina aqueles que sejam contraditórios as suas opiniões.

De acordo com Oliveira (2007), mas com toda contradição presente, se comprova como o movimento é articulado e em busca de diferentes lutas:

As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Ou seja, a luta não é só pela terra, mas é muito mais complexa e envolvem diferentes instâncias, os benefícios ficando a margem da classe dominante enquanto que a classe trabalhadora e menos favorecida sofre com as consequências dá falta de interesse principalmente do poder público. Os governantes não dão prioridade às mudanças no campo que favoreçam os camponeses, deste modo, o MST se gerou devido às imparcialidades no

qual permeava o campo, as injustiças que vigorava e se conotavam com propriedades irregulares, assassinatos, expulsão dos camponeses dentre outras formas.

Consequentemente, o MST tem que estar articulado e fazer frente às contradições que permeia campo, enfrentando o sistema capitalista e os grandes latifundiários, a luta pela terra é o marco do movimento, é a condição que lhe garante os avanços necessários. Pois se for retratar na história, os governantes poucos fizeram algo contra os latifundiários e seus latifúndios, contra o sistema capitalista que explora os camponeses e a terra.

As transformações e os avanços conseguidos no campo se deram principalmente através da repressão social camponesa, o MST é um participante ativo desta repressão, sempre buscando no âmbito das suas necessidades e abarcando também a sociedade, melhores condições sociais.

Como afirma o MST (2010), sobre as conquistas:

Uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. No campo social, os resultados nas áreas conquistadas são significativos: foi praticamente eliminada a mortalidade infantil nos assentamentos, e não existe mais a fome. É incomparável a produtividade, número de empregos e instalação de infra-estrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. Acima de tudo, foi conquistada a dignidade da cidadania, porque quando acerca do latifúndio é rompida, também se rompe a cerca do “voto de curral”, do coronelismo e da dominação política (MST, 2010, p. 11).

Todas essas conquistas só são conseguidas devido a muitos anos de luta e de experiências, mostra o trabalho e a importância do movimento para o avanço social, contribuindo com redução de taxas importantes, pois com sua atuação os índices sociais no campo avançaram.

Vivenciaram e seus vários anos de lutas, diferentes contextos de realidade, mas as atenuações enquanto a questão da luta pela terra e reforma agrária, sempre foi um pretexto presente na vida dos camponeses, nada foi muito além realizado nas práticas governantes enquanto do que necessita realmente os trabalhadores rurais. No mais a repressão feita pelo movimento com ocupações e passeatas, foram que pressionaram os governantes, como suas palavras de ordem já os colocavam como aqueles que iriam pressionar e lutar por seus direitos.

Como cita Oliveira (2007), em alguns lemas do MST, “Ocupação é a única solução” (1986), “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986/7) e por ocasião da Constituinte, “Reforma Agrária: na lei ou na marra” (1988) e “Ocupar, Resistir, Produzir”(1989). Estes são alguns lemas da década de 1980.

Com seus objetivos sendo conseguidos, ou com novos acontecimentos no campo que prejudiquem e traga insatisfação para o movimento, seu lema vai se alterando de acordo com suas necessidades. Como já se observa na década de 1990, de acordo com Oliveira (2007), “Reforma Agrária: essa luta é nossa” (1990), “MST, agora é prá valer” (1992/3), “Reforma Agrária: uma luta de todos!” (1995).

Prosseguindo também até o século XXI, e nos dias atuais do presente século, a luta sempre continua, no entanto ela apenas ganha novas faces, no presente século os lemas se concentram em uma lógica, no qual se dá através da luta pela reforma agrária. De acordo com o MST (2019), “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”(2000), “Reforma Agrária, Justiça Social e Soberania Popular” 2007, “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” 2014.

As diferentes sujeições que habitam o campo se encontram contraposto o movimento, as décadas se passam e diferentes esferas de lutam vão se criando, a lógica do capital e dos latifundiários é sempre de avançar diante os camponeses. Entretanto, a conduta do movimento os possibilita como um defensor dos camponeses, o lema das suas lutas sempre é diante a realidade que permeia o campo, no qual pontuam as principais necessidades e causas que estão presente.

Observa-se, que a reforma agrária é pauta de luta durante toda está caminhada do movimento, ela abre espaço para as transformações tão importantes que os camponeses esperam no campo. A esperança de se fazer a reforma agrária caiu em todos os governantes que passaram pelo mandato do país, e de fato nenhum colocou em prática essa política pública, de alguma forma uns tentaram mascarar com outras medidas a precária situação vivida no campo, outros conseguiram avançar na questão, mas não erradicar por completo.

De tal maneira, se faz justa a luta do movimento pela reforma agrária, no que concerne a sua implementação em uma verdadeira face que provoque as transformações em prol dos camponeses, a luta se arrasta por décadas e redigimos ao mesmo contexto da bandeira pela luta da reforma agrária.

Segundo Stedile (2012), o processo de reforma agrária no Brasil nunca se efetivou.

Com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária. Por isso, a concentração da propriedade da terra aumenta a cada ano, como resultado da lógica de acumulação do capital (STEDILE, 2012, p.665)

Com toda a demasiada interlocução no campo, o capital se expande devido às facilidades que encontram, as barreiras são as mínimas possíveis ainda mais que os governos

os ajudam de forma direta para ampliar seus negócios e seu território. Em todas as regiões do Brasil se pontua uma grande concentração de terras nas mãos de poucos, onde estes não geram empregos suficientes para a população do campo, não traz educação, saúde e soberania alimentar, apenas querem lucrar à custa de mão-de-obra barata, quando se utiliza, pois as máquinas abarcaram o trabalho humano.

Essas implicações retratam o porquê a reforma agrária nunca foi efetivada de fato no Brasil, onde os camponeses não têm direito a terra, a liberdade, sua soberania alimentar, e exercer sua cidadania. Enquanto que o MST se pauta com uma reforma agrária que os possibilite de obter seus devidos direitos, os latifundiários e governantes querem uma reforma agrária que os viabilizem no recinto de suas necessidades.

Portanto, o MST (2019), define a reforma agrária como sendo:

A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (MST, 2019).

Enquanto política pública do governo, ele o trata como um mero processo de apenas distribuir a terra, mas que para os camponeses e para o MST se conota sendo mais complexa, pois apenas viabilizar o acesso a terra não garante que estes mesmos consigam se manter e sobreviver em seu território concedido. O MST compreende a reforma agrária como uma base ampla, onde possa participar ativamente da transformação social do campo, por meio de implementos que subsidiem suas práticas para o desenvolvimento de todo o conjunto do movimento.

Ao qual se deve levar em consideração a criação de assentamentos rurais, escolas no campo, a agricultura familiar e camponesa, juntamente com métodos agroecológicos, cooperativas, acesso aos créditos fundiários entre tantos outros meios que possam trazer melhorias para o campo e beneficiem os camponeses.

No que concerne ao modelo do MST, enquanto uma proposta de reforma agrária, Stedille, Fernandes (2012), o retrata como, a grande concentração fundiária do Brasil de terra deve ser rompida, com desapropriações destas terras e distribuí-las para os sem terra em todo o país. O MST pontua a concentração fundiária como o grande empecilho para os camponeses, no qual a saída para se fazer à reforma agrária é desapropriar as terras e distribuí-las entre os sem terra. Existe uma deplorável realidade em que no Brasil, é muita

terra nas mãos de poucos, onde os maiores latifúndios são concentrados é uma pequena parcela de latifundiários, gerando uma enorme desigualdade social no campo.

Uma das medidas para mascarar a reforma agrária, e romper com a concentração fundiária no Brasil foi à criação de assentamentos rurais nas décadas de 1980 e 1990, e se concede até os dias atuais. No princípio que os assentamentos rurais são fruto da luta dos camponeses, juntamente articulados através do movimento, é primórdio da repressão camponesa a criação dos assentamentos rurais.

Devido claro a diversos fatores que abarcavam a realidade dos camponeses, pois se atrela a estes a falta de moradia, a terra para trabalhar, seu território e sua liberdade para exercer sua cidadania. Enquanto, retratado como medida do governo para disfarçar que existe de fato a reforma agrária, carecesse compreender que a política pública reforma agrária é bem mais ampla.

Em uma entrevista concedida de João Pedro Stedile a Bernardo Mançano Fernandes (2012), no qual retrata toda a trajetória do MST, ele pontua a seguinte colocação sobre a política de assentamentos rurais na década vigente dos anos 1990, no período de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Bernardo: Então o que temos agora é apenas uma política de assentamentos por parte do governo, e não uma reforma agrária...

João Pedro: Claro. Mas por outro lado é importante compreender que mesmo essa política de assentamentos do governo, que ainda não é reforma agrária, somente acontece em razão da organização dos trabalhadores. Senão houvesse ocupações, marchas, greves de fome etc. não teríamos nem isso (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 165).

Ou seja, se não houvesse um mobilização dos camponeses para reivindicar a criação dos assentamentos rurais, o governo não iria se mobilizar para que estes fossem realizados. Por conseguinte, a política de assentamentos é fruto da organização dos camponeses, visando atingir o governo para que fosse feito algo em prol deles, mas que de fato não é a realização da reforma agrária, e sim apenas uma política de assentamentos.

Com a criação dos assentamentos rurais os camponeses compreendem que é uma conquista, no entanto, apenas os assentamentos não lhe dão a prerrogativa que irão se desenvolver naquele território. É necessário todo um planejamento, em meio ao qual possam dar respaldo para a sobrevivência no presente território conquistado. É necessário que o terreno seja produtivo, para os camponeses desenvolverem plantações de múltiplos produtos, crédito fundiário, escola, infraestrutura no molde camponês, essas são apenas algumas questões que devem no mínimo ser colocadas em pauta na criação dos assentamentos rurais.

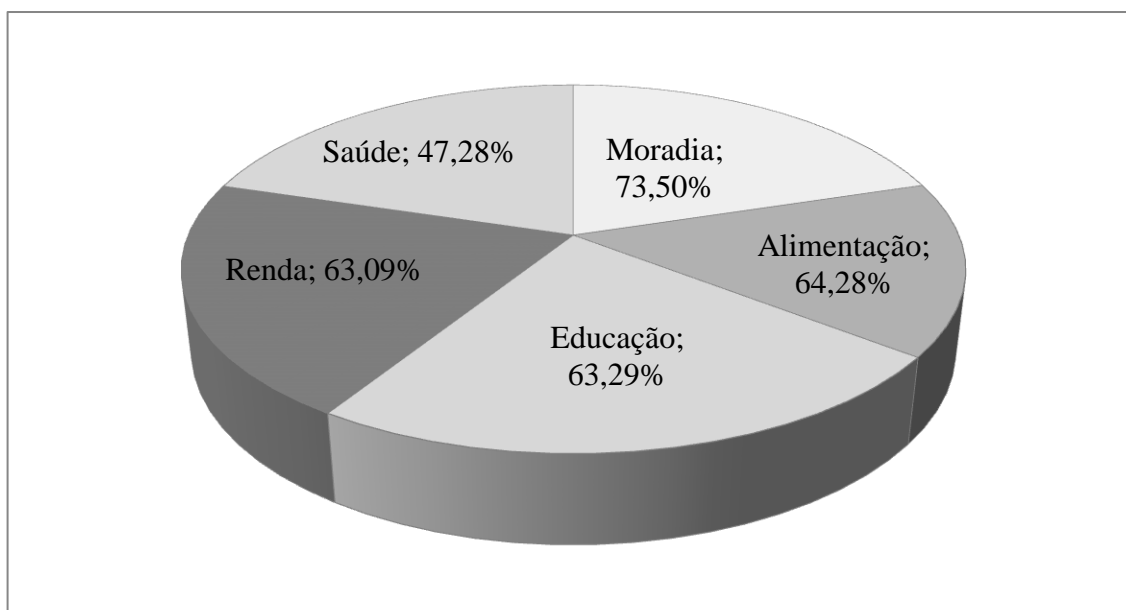
Enquanto a definição de assentamento rural no qual a que mais retrata tal caracterização, Bergamasco e Norder (1996), pontuam com a seguinte colocação.

“De maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Tal definição, no entanto, pontua de forma comum os atributos do assentamento rural, onde os camponeses irão desenvolver suas práticas. O assentamento tem finalidade de ser utilizado do seu espaço físico para produção agrícola, necessitando de incentivos do governo para o uso da terra, transformando o território conquistado de acordo com suas necessidades.

Mesmo diante de uma percepção genérica, ressalta-se que há um salto na qualidade de vida com a criação dos assentamentos, o (gráfico 3) traz em destaque a moradia, saúde, educação, alimentação e renda em escala nacional, e são observados a partir de muito melhor, ou melhor. Os níveis de satisfação após o assentamento ser criado, também é percebido dentro da realidade do assentamento Gangungo, pois enquanto fazenda as famílias não gozavam de toda essa estrutura no qual é presente atualmente no assentamento.

Gráfico 3 - Percepção de melhoria para Muito Melhor ou Melhor na condição de vida após o assentamento (em %). Brasil, 2010



Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Em virtude de o país apresentar um processo histórico da concentração fundiária, seja, no período de colonização, pós-período de colonização, ou nas décadas que acedem os movimentos sociais rurais de 1980 e 1990, ou no presente século XXI, com a criação de assentamentos rurais busca-se romper com este processo, a terra deve ser para todos e não apenas para alguns, deste modo, o que retrata atualmente é os camponeses sem acesso a terra, a diferença enorme entre pequenas e grandes propriedades.

Desta forma, segundo Alentejano (2012), os dados do censo agropecuário de 2006 revelam o quanto é degradante a situação do campo no que tange o princípio da concentração fundiária, a grande concentração de terras nas mãos de poucos

Os dados do censo demonstram ainda que os pequenos estabelecimentos – com menos de 10 hectares – contabilizam 2.477.071 (47,9% do total), mas a área ocupada pelos mesmos é de apenas 7.798.607 (2,4 % do total), ao passo que, no polo oposto, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares são apenas 46.911 (0,9% do total), mas ocupam 146.553.218 hectares (44,4% da área total). O contraste se torna ainda mais nítido quando observamos que os estabelecimentos com menos de 100 hectares são cerca de 90% do total, ocupando uma área de cerca de 20%, ao passo que os com mais de 100 hectares são menos de 10% do total e ocupam cerca de 80% da área. E este quadro permaneceu praticamente inalterado nos últimos 50 anos (ALENTEJANO, 2012, p. 356).

De acordo com a leitura de Alentejano, os grandes estabelecimentos rurais no Brasil se concentram em uma forma muito lógica da concentração fundiária no país, eles se caracterizam por meio da expansão dos seus negócios em busca de terras. Ao expandirem seus negócios, os latifundiários menosprezam os camponeses que habitam as diversas regiões do Brasil, tentam tomar de qualquer maneira terras que não são deles, mesmo gerando conflitos entre os camponeses e os latifundiários.

Na medida de expansão de sua área vão concretizando ainda mais as desigualdades vigente no campo, com diversas práticas geradoras desta desigualdade social, ao qual se pontua através do plantio de monoculturas, mecanização do campo, uso de agrotóxicos, exportação dos produtos e expropriação dos camponeses de suas terras. Toda essa conjuntura atuante no campo se torna inaceitável por parte do MST, perante seus ditames que os colocam contra as práticas vigentes dos latifundiários e do sistema capitalista, o movimento assegurando que os camponeses deve sempre lutar por seus direitos.

As práticas utilizadas pelos latifundiários como a monocultura, o uso de agrotóxicos, enormes propriedades para os gados, soja, milho e outros produtos trazem consequências negativas para os camponeses, o movimento defende a luta contra essas implicações no campo.

A monocultura ocasiona grandes problemas para a terra e para os camponeses, no qual pelo uso intensivo da terra os nutrientes são todos absorvidos e chega a certo ponto que não irá conseguir mais produzir, como também acelera o processo de erosão e necessita em sua maioria de uma grande quantidade de água. Impossibilitando a produção em conjunto com outras lavouras como o milho e o feijão, caso bem concreto é o da cana-de-açúcar, no qual é produzida em larga escala e não divide espaços com outras lavouras, além de necessitar de uma grande área territorial para o plantio.

Em suma, a mecanização do campo enriquece ainda mais os latifundiários, com o aumento da produção, e o trabalho dos camponeses sendo substituído pelas máquinas, assim agrava o êxodo rural, do mais também a compactação do solo se atrela ao processo de mecanização do campo.

As produções dos latifundiários não são para alimentar a população do Brasil, e sim voltadas para o exterior, também se caracteriza por não produzirem alimentos em larga escala que de fato venha a abastecer a cesta básica da família brasileira, são produtos produzidos para a exportação. Exportação essa que visa os mercados europeus, através da produção de soja, milho, carne bovina, açúcar e arroz, estes são alguns produtos em larga escala quais são exportados.

No entanto, quem verdadeiramente abastece as famílias brasileiras com a produção alimentar são os camponeses, os pequenos proprietários com base na agricultura familiar. Mostra-se a importância social que eles têm para a sociedade brasileira, já que os alimentos que consumimos em sua maioria são dos camponeses, com base em um modelo de produção que origina resultados para si, para o meio ambiente e para a população como o todo.

De acordo com o MST (2019), os camponeses são responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos no país, com grande porcentagem para a produção arroz, diversos tipos de feijão e horticultura.

Atualmente é muito intenso o uso de agrotóxicos no campo que agrava uma série de consequências, tornando os produtos não saudáveis para a alimentação, além de poluir o ar, rios e solo, adiar o crescimento e amadurecimento natural dos produtos entre tantos outros fatores.

Todos esses fatores que compreende a relação campo e latifundiários degradam a relação com os camponeses, o que se atribui as impunidades no campo se revela diante ação do MST para enfrentar as injustiças presentes. O movimento luta em várias frentes, contra o avanço da monocultura, o uso de agrotóxicos, a mecanização do campo a exploração indevida

da terra, o movimento é a face contraditória das práticas do sistema vigente do modo de produção capitalista e dos latifundiários.

Os camponeses por muitas vezes são obrigados a deixarem seu lugar onde moram, pela expropriação de sua terra. Os latifundiários fazem de tudo para tomar posse da terra do camponês, não agindo de forma coerente com eles, em muitos casos ocorrem perseguição, ameaças e assassinatos de camponeses.

De acordo com o MST (2010), a violência no campo é a faceta mais cruel da realidade fundiária em nosso país. Por isso, o fim das mortes, ameaças e agressões contra trabalhadores sem-terra depende, inevitavelmente, da realização da reforma agrária.

A luta do MST no século XXI se conota principalmente contra o agronegócio, no qual estar diante o movimento como um grande gerador das desigualdades no campo. Onde suas práticas não são aceitas pelos camponeses, no qual é gerador da enorme concentração fundiária atualmente, o uso de agrotóxicos, desmatamento, a mecanização do campo e a expulsão dos camponeses de suas terras.

Essas implicações não coincidem com o MST, os conflitos são inevitáveis diante a degradação que o agronegócio promove no campo, a sua conduta impossibilita o desenvolvimento do camponês na sua terra.

De acordo com Leite e Medeiros (2012), no início do século XXI já atribuía o agronegócio como um dos principais opositores do MST, desta forma afirma que:

Já no início do ano 2000, verifica-se, por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Esse deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica à concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 87).

Observa-se, que o MST na virada do século coloca como principal opositor o agronegócio, por ser o principal agente transformador do campo na atualidade, não deixando de ponderar também o latifúndio. Valendo-se ressaltar as transformações negativas no qual o agronegócio gerou no campo, atingindo os trabalhadores rurais e o MST, os seus métodos contraditórios não são aceito pelo MST e os trabalhadores rurais.

No presente século XXI, o MST enquanto movimento social do campo se faz articulado em sua luta, representando o mais importante movimento social do campo do Brasil, lutando não só pela terra e pela reforma agrária, mas em diferentes frentes para assegurar novas conquistas. Segundo Stedile (2016), a reforma agrária em consenso com os movimentos sociais do campo, tem um objetivo social, econômico e político, que sejam voltados para a população presente neste meio.

Destina-se na reforma agrária o sonho dos camponeses terem os seus direitos para poder viver em harmonia, desde o surgimento do MST na década de 80 até o ano de 2019, a luta continua em um país onde a desigualdade social no campo é clara. As diferentes lutas que o MST e os camponeses pontuam, é realidade vivida no campo, é falta de todo um aparato dos governantes por aqueles que apenas querem exercer sua cidadania, ter onde morar e trabalhar, ter sua terra e uma vida digna como uma pessoa qualquer.

A respeito do MST sobre seu futuro no século XXI. Stedile (2016) faz a seguinte colocação.

A história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta. Por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, o movimento da cidade para o campo contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também um movimento que busca a construção de uma nova sociedade. Nos assentamentos procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual (STEDILE, 2016, p. 357-358).

Assim predizemos que o MST é de fundamental importância para o campo brasileiro, por toda sua história de luta e reivindicações, diante de diversos obstáculos que compõe o campo, mas é necessário que a resistência continue, para os avanços serem conseguidos. No século XXI que sua força esteja presente e fortalecido ainda mais, pois os desafios são grandes, sendo de fundamental importância a união e articulação dos que se fazem presente na luta, seja o movimento MST, a população, a igreja ou demais atuantes do campo brasileiro.

Portanto, os movimentos sociais do campo são essencialmente sujeitos que conflitam contra o sistema capitalista, e contra o grande latifundiário. Lutam por seus direitos, a terra, a reforma agrária, melhores condições sociais, e se obtenha de seu território, como no caso dos assentamentos rurais.

4. METODOLOGIA

Tendo em vista que a monografia objetiva analisar o “processo de luta e conflito pela terra”, é possível pontuar que se caracteriza como um estudo de caso, que de acordo com Gil (2008, p. 58), “é um estudo empírico no qual investiga um fenômeno na sua realidade, evidenciando várias fontes para o estudo.” (apud Yin, 2005, p. 32). Já que visa uma realidade específica com várias particularidades como foi o processo de acesso a terra no assentamento Gangungo.

A monografia obteve o embasamento construído a partir do estudo de caso, revisão bibliográfica e de entrevistas, para corresponder as inquietações dos objetivos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica representa um apanhado dos trabalhos estudados, fornecendo dados atuais com o propósito do tema, o estudo da literatura propicia informações fundamentais para o enriquecimento do trabalho.

Para atender aos objetivos serão utilizadas como procedimento metodológico entrevistas semi-estruturadas. Em busca de colher informações que proporcione o entendimento do leitor, assim enriquecendo o trabalho, com um conhecimento de quem atua na luta pela terra, na construção do Assentamento Gangungo e possibilitando um amplo leque de noção da causa existente naquele território.

A entrevista será caracterizada como entrevista semiestruturada, pois possibilita uma maior flexibilidade na relação entrevistado/entrevistador. De acordo com Minayo (2009), a semiestruturada há um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surjam de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado. Portanto, os tópicos contarão com uma revisão bibliográfica e das respostas obtidas nas entrevistas, com objetivo de elucidar a problemática envolvida na luta pela terra e pela reforma agrária no assentamento Gangungo.

Também será utilizada como procedimento metodológico a entrevista estruturada, com o objetivo de entrevistar o presidente do assentamento para traçar um perfil histórico, social, cultural, econômico e da luta pelo acesso a terra. Para Gil (2008), a entrevista estruturada exige relação fixa de perguntas, não podendo variar as perguntas para os entrevistados. Portanto, é necessário fazer todo um levantamento de informações que possam atender as necessidades do presente trabalho, dando um maior leque de elementos plausíveis de conhecimento.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Portanto, os seguintes resultados se estabelecerão através da revisão de literatura, da entrevista realizada com a liderança do assentamento, e da observação *in loco*, com caráter qualitativo.

Os precedentes que abrangem o campo brasileiro em meio ao processo da luta pela terra e pela reforma agrária, se conflitam em meio à contradição existente, são sujeitos no qual divergem em suas lutas. Os camponeses lutam por seu território e pela reforma agrária assim, também é compreendida a luta no assentamento Gangungo, enquanto os possuidores do capital lutam por continuar a hegemonia sobre o território, no qual se pontua como os possuidores de capital os latifundiários, fazendeiros entre outros, incorporam de forma perversa, fazendo a terra o seu capital.

A criação de assentamentos rurais compreende todo um processo histórico de luta e de significado, é a tomada legal do território, destinando a ele a sua função social, neste pretexto ele ganha uma importância social, cultural e econômica, essa amplitude de valor é conseguida na medida da viabilização da reforma agrária. Nesta iminência os assentamentos foram formados por meio das pressões e lutas dos trabalhadores rurais, observavam-se através por meio do cotidiano dos sem-terras suas lutas, para que possam conseguir alcançar suas conquistas, deste modo, os assentamentos é fruto dessa luta.

Esquerdo, Bergamasco (2012), salienta a seguinte afirmação sobre a constituição dos assentamentos rurais.

A constituição dos assentamentos rurais resulta das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais compreendemos as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2012, p. 3).

Desta forma, para Esquerdo e Bergamasco as políticas públicas são fundamentais para o bom desempenho do assentamento, na medida em que ela viabilize acesso aos direitos dos trabalhadores rurais assentados, e principalmente os direitos básicos para a consolidação e sobrevivência do assentamento.

Embora que as políticas públicas vigentes no Brasil não se tenham uma continuidade, os assentamentos rurais mostram resultados positivos, tais resultados proporcionam avanços.

Quais são identificados com o aumento da renda das famílias, geração de empregos, autonomia para a produção familiar, onde cada vez mais o deslocamento das famílias ou parentes para as cidades estão sendo reduzidos, perante as conquistas conseguidas no assentamento.

No que tange como princípio de estruturação para a luta pela terra, a reforma agrária é um combatente das desigualdades existentes no campo. O assentamento Gangungo se estrutura no que preestabelece a efetivação da luta pela terra e da reforma agrária, portanto, para a formação do assentamento rural no contexto da reforma agrária se caracteriza por ser um espaço de transformação. Contudo Souza-Esquerdo *et al.* (2013), aponta que.

No contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada. Trata-se, portanto, de uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola [1]. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra, como políticas públicas direcionadas a esse setor, e o incentivo à organização social e à vida comunitária (SOUZA-ESQUERDO *et al.*, 2013, p. 2).

Nesse contexto, Souza-Esquerdo *et al.* compreende a reforma agrária, no processo de abrir possibilidades para que o avanço do desenvolvimento dos camponeses no assentamento se estabeleça, obtenha sua produção para que se desenvolvam economicamente. Fazendo assim, a exploração da terra, uma exploração que não envolve a dinâmica exploradora do capital, é marcada pelo conjunto de fatores que propiciem um crescimento de todos os que fazem presente no assentamento, no entanto, se tem a necessidade de políticas públicas.

Dadas as possibilidades para que se possa produzir na terra, se faz necessário explorar, com o objetivo de retirar o melhor da terra, efetivando meios de consolidação, como a comercialização de seus produtos excedentes, o beneficiamento, e os camponeses possam exercer sua cidadania entre outros meios de concretização. Destarte, os camponeses se efetivam na preponderância de que não basta só adquirir a terra, mas poder transforma - lá em essência de mudança social de suas vivências, adquirido também o direito ao trabalho em sua própria terra.

Deste modo, como meio de mudança social Sauer (2005), estabeleça que o acesso a terra representa.

O acesso a terra é, portanto, a concretização do direito ao trabalho, mas não qualquer tipo de ocupação (trabalho assalariado, por exemplo). A terra significa mais do que um emprego ou ocupação porque possibilita o “trabalhar para si”, portanto, uma condição de liberdade e “fatura” (produção para garantir o sustento da família), ou

seja, um trabalho sem os “mandos de um patrão” e uma realidade ausente de privações materiais (SAUER, 2005, p. 69).

Para o assentamento Gangungo o acesso a terra permitiu vislumbrar da liberdade, no qual era possível enquanto trabalhadores na fazenda, bem como também o acesso a terra propiciou a ascensão econômica e social das famílias assentadas, garantindo independência econômica e se livrando das privações do uso da terra.

A luta pela terra, ela exerce bem mais que um papel de acesso ao território conquistado, ela vem para acolher, um lugar social de vida, onde desenvolvem as moradias, ela traz em si toda uma ação simbólica. A identidade dos camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais são novamente afluída, visto por representar um local de pertencimento, ou seja, toda a sua particularidade enquanto camponês será pré-estabelecida naquele território.

Sauer (2005), retrata da seguinte maneira sobre a busca de um lugar, no qual coloca o desejo dos camponeses em terem onde morar, ter seu lugar, no entanto, são forçados as sujeições dos proprietários de terras, vivem uma recorrente inconsistência.

O tão esperado porto seguro para os camponeses são compreendidos na instância do acesso a terra, e mais do que isso, a representação do seu lugar como poder simbólico, onde possa exercer sua soberania, impor suas identidades.

Diante da efetivação da reforma agrária enquanto a conquista da terra e a construção do assentamento é necessário predizer, que não se efetivou todo o processo de luta, pois os camponeses tende a lutar por outras prerrogativas que são essências para sua qualidade de vida. Sem a pressão social, a reforma agrária enquanto política pública nas mãos do governo, o Estado pouco se mobilizaria para atender as necessidades dos camponeses no campo.

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2019), a reforma agrária é muito mais que distribuir terras, é a busca de justiça social, procedendo ao desenvolvimento do campo e o aumento da produção.

Assim, sendo o Assentamento Gangungo é uma resistência contra a grande propriedade, a violência recorrente no campo, a miséria que está presente na vida dos trabalhadores rurais, das expulsões dos camponeses e da luta pelo seu território. De tal modo, espacializa as dimensões da luta dentro de suas dimensões de conhecimentos, na prerrogativa de que este território conquistado seja o emblema da luta e a transformação de suas perspectivas.

Para que o assentamento se constituísse, foram necessárias a organização e a espacialização. Organização essa articulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), formando todo o trabalho de base com as famílias presentes. Ao constituir em uma ocupação enquanto movimento socioterritorial, organizados e espacializadas, os camponeses estão em resistência.

Segundo Fernandes (2001), a espacialização é compreendida como.

O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializados essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento -, a terra de trabalho (FERNANDES, 2001, p. 68-69).

Estabelecendo o processo de espacialização para a luta, ou seja, já com experiências de outras lutas, de trabalhos de base, como deve ser feito o processo de ocupação e de conquistas, se apóiam nesse conhecimento para prosseguir em um recorrente trabalho para possibilitar novas conquistas. Ao qual repassam toda essa bagagem para novos sujeitos da luta pela terra, colocando em seu âmbito a reforma agrária como um setor ativo de suas necessidades.

A espacialização também é a mudança na transformação dos espaços, bem como nas relações que são estabelecidas entre seus limites, perpassa pela mudança da realidade, não só sendo no quesito material, mas nas práticas de valores, práticas e culturas nos/ dos lugares.

Portanto, os camponeses ao espacializarem sua lutas, mudam também a cultura vigente do território, mudam as práticas existentes e as relações sociais, o assentamento Gangungo, em seu estabelecimento consolidou-se com a cultura dos assentados, com as praticas e as relações sociais que permeiam a presente relação entre os próprios assentados, deixando de vigorar as práticas atribuídas enquanto trabalhadores da fazenda.

Desta forma, Pedon (2013), atribui ao processo de espacialização não apenas as questões campo e urbano, abarcar as relações sociedade e natureza, dando novos usos às relações, novas meios de organização social, transformando o espaço em território.

Assim sendo, o assentamento Gangungo é pautado também nas relações sociedade e natureza, pois necessitam da natureza para poderem se manterem no território, quais umas da essência é saber usar bem o território com os recursos naturais, interligando diretamente na relação social de sua vivência e práticas.

Os camponeses vão frisar em sua premissa a construção do seu território, no certame político, ideológico, cultural e de poder entre outras reivindicações, que são existentes no meio de suas perspectivas, sendo o território uma nova expectativa para os assentados.

Fernandes (1994), afirma que.

A fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra (Fernandes, 1994, p.182).

Neste presente território ao se configurar a luta pela terra, terá eminentemente o processo de territorialização, no que prediz a continuação dessa luta. Eminentemente o Assentamento Gangungo ao estabelecer seu território com as famílias presente, continuará sua luta, no que prediz a continuação da transformação social. Portanto, a territorialização faz parte da luta pela terra, é presente no contexto dos camponeses e do assentamento.

O MST na sua luta contra o capital e contra o latifúndio, procura construir seu espaço e seu território, os assentamentos são a resistência e transformação para um novo território, bem como o fortalecimento da luta. Para não ficar na mercê da luta naquele espaço ou no presente território sem adquirir novos frutos, é preciso ir mais além, ir de encontro contra o capital, e contra o grande latifundiário. Nesse sentido, a territorialização é um precedente que abre caminhos para novas lutas, e deixam relatos de como foi construído juntamente com o processo de espacialização.

Fernandes (2001), sobre o fortalecimento da luta através da territorialização aponta que.

O processo de territorialização fortalece os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências, o que muito contribui para o avanço da luta em outros estados e regiões. Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referência outras lutas e conquistas. Assim ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências (FERNANDES, 2001, p. 70).

O assentamento Gangungo enquanto um opositor contra o processo da exploração capitalista, e do grande latifúndio, deve manter seus precedentes vigentes, construir novas experiências que possam ser usadas em outras experiências, evidenciando suas conquistas, bem como, o processo de espacialização e territorialização de sua luta.

Diante o exposto na entrevista realizada com o presidente do assentamento Gangungo, a análise compreendida do processo de desenvolvimento do presente assentamento, é vista diante os ditames sociais uma efetivação de caráter prático, a consolidação dos progressos sociais no assentamento. Os precedentes do campo sobre uma ótica de visão capitalista infligem e recusam a aceitar uma pobreza existe no campo, portanto, os atuantes de resistências lutam também em busca de igualdade social, no qual a pobreza está incluída no campo e na vida de muitos camponeses.

Como forma de combater a pobreza, a fome e a concentração fundiária no campo, a reforma agrária é uma política pública com intuito de combater as desigualdades existentes. O modelo de produção vigente que atua no Brasil fomenta ainda mais a pobreza no campo, inviabilizando os recursos necessários para os camponeses se desenvolverem, no qual o acesso a terra, água, saúde, educação e bens de serviços são monopolizados por este sistema.

Desta forma, espera-se uma reforma agrária ampla, no qual abarque as diversas sujeições existentes no campo, não só uma política de assentamentos, mas vislumbre de outras questões, como o contexto socioeconômico. É vista nela a saída para os problemas do campo, os assentamentos são bons frutos, entretanto, entende-se que não basta só ele, outras políticas são fundamentais para uma vida mais digna dos camponeses.

Para definir o contexto socioeconômico do assentamento Gangungo, foi realizada uma entrevista com a liderança¹ do assentamento na data 29/08/2019, como também foram realizadas fotografias do assentamento na data 26/10/2019, assim, podendo retratar e dar maior representação do contexto socioeconômico do assentamento.

Entrevista realizada na data 29/08/2019 no assentamento Gangungo, município de João Alfredo/PE, com a presente liderança do assentamento.

Como surgiu o assentamento Gangungo?

O assentamento Gangungo surgiu através da união da comunidade, onde era terra de fazendeiro, era uma fazenda, no entanto o fazendeiro foi contestado pelos trabalhadores, no qual esses trabalhadores se reuniram e por meio da reunião com o sindicato dos trabalhadores rurais e com a FETAPE conseguiram a desapropriação da fazenda.

O que levou os trabalhadores a reivindicarem a desapropriação da fazenda?

No início os trabalhadores trabalhavam na fazenda, tinham sua agricultura e sua criação, a fazenda pertencia ao antigo fazendeiro Severino Farias posteriormente ao senador

¹ Para manter a preservação da identidade da liderança do assentamento Gangungo, foi estabelecido que seu nome original ou qualquer outro nome que possa o identificar, não fosse vim a ser inserido no presente trabalho.

Antônio Farias e pôr fim ao filho do senador no qual seu nome é Eduardo Farias. Neste momento de comando de Eduardo Farias foi que as condições do qual os trabalhadores tinham estavam sendo exprimidas, a agricultura e a criação iriam ser extintas, entretanto os trabalhadores se uniram para a desapropriação da fazenda e conseguiram.

Por quem foi realizada a desapropriação?

Foi realizado pelo sindicato e pela FETAPE, posteriormente o INCRA assumiu a causa e desapropriou por completa a fazenda, alguns assentados que tem o cadastro rural (CAR), o presidente é um deles.

Quais as melhorias observadas com a criação do assentamento?

É de certeza que a criação do assentamento melhorou 100% a vida dos trabalhadores, pois trabalhavam na terra que não eram suas, mas com a criação do assentamento e a divisão do território cada família tem sua terra para morar e trabalhar. Apesar de que ainda não foram pagas totalmente ao governo, o presidente afirma que seu território corresponde a 5 hectares de terra, onde cria e planta para seu consumo.

Qual a cultura de produção do assentamento?

O assentamento produz feijão, fava, quiabo, macaxeira, feijão de corda, palma para o gado, capim elefante, a criação de gado é destinada para a venda, galinha para o consumo próprio, bem como as hortaliças.

Qual o número de famílias no assentamento?

São 41 famílias registradas, com os agregados o número fica em torno de 150 famílias, e 300 pessoas envolvendo os filhos, o assentamento é constituído de escola, campo de futebol, tem uma sede, salão paroquial para os assentados.

Qualidade do território do assentamento?

O território do assentamento é composto de solos de boas qualidades para as lavouras, sendo um dos melhores solos da região do município de João Alfredo, era antigo setor de produção de algodão. O assentamento é rodeado de rios, porém é uma região seca, onde já foram perfurados vários poços artesianos, mas sós dois deram água de boa qualidade para o consumo humano. Atualmente querem criar um dessalinizador, mas não é aceito pelo presidente do assentamento, devido que a água dos poços que abastece a população dos assentados é 80% de boa qualidade.

O governo fornece alguma assistência?

No começo se teve assistência através do crédito, assistência do INCRA para a reforma de casas, reforma de cercas para fazer o cercado, distribuição de palmas, capim

elefante, foram todas essas ajudas que fizeram os assentados se manterem até os dias atuais no assentamento.

Quais séries a escola do assentamento atende e a quais comunidades?

Ela atende ao ensino fundamental básico até a 5ª série, os professores são formandos no assentamento e moradores do assentamento, ele recebe alunos do próprio assentamento e da comunidade do Jentirana, comunidade circunvizinha ao assentamento.

Há uma porcentagem maior de homens ou mulheres?

Existem mais mulheres do que homens se têm, portanto uma porcentagem maior de mulheres.

Têm-se famílias que vivem na pobreza no assentamento?

Não existem pessoas ou famílias que passem necessidades no assentamento, por causa da atuação de políticas públicas como o bolsa família, bolsa escola, além de conter certo número de idosos no qual são aposentados. Bem como também a produção dos produtos produzidos em seu território, cada família tem a sua produção, assim detém da possibilidade de uma remuneração extra das fornecidas pelo governo.

Os jovens do assentamento permanecem nele?

Os jovens estudam e tem profissão, alguns permanecem no assentamento e outros vão à busca de trabalho fora do assentamento, como o caso do filho do presidente. Trabalhava como motorista de ônibus para a prefeitura de João Alfredo, atualmente é pintor industrial e trabalha no porto de Suape, mas neste tempo de crise a maioria dos jovens permanece no assentamento juntamente com seus pais.

Como é vista a reforma agrária na conjuntura atual do Brasil?

Há uma observação negativa enquanto a efetivação da reforma agrária neste tempo de crise em especial, falta de fiscalização, o INCRA deixou de dar assistência, o Brasil vem sofrendo sem a reforma agrária. O assentamento Gangungo não estar em situação difícil, pois adquiriu os direitos necessários para sua sobrevivência na terra, direito a crédito, a terra ao seu território por meio dos órgãos que o viabilizaram. Mas conotam-se em outros assentamentos as dificuldades existentes, no assentamento Gangungo a sua reivindicação maior agora é que todos tenham o CAR, a documentação necessária da posse da terra.

O que é a FETAPE?

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (FETAPE), na época de criação do assentamento ela trabalhou em conjunto com o sindicato do município de João Alfredo para viabilizar a desapropriação.

Existiram conflitos no campo e casos de violência?

Não existiram conflitos e nem violência no campo, o que houve foi a não aceitação do administrador, ele não acreditava na desapropriação da fazenda, veio à policial federal para acompanhar todo o processo. Tudo foi pago ao fazendeiro pelo INCRA para a desapropriação da fazenda, devido a ter benfeitorias existentes, casa sede, cercas medidas. Depois da criação do assentamento houve duas mortes, no entanto não foi pela luta por terra, ou por confrontos entre moradores ou fazendeiro. Há destaque para a morte do presidente e de um advogado no assentamento do município de Surubim, mas o presidente do assentamento Gangungo já sofreu ameaças.

Têm-se reuniões entre os assentados e com o INCRA ou outros órgãos?

Existem reuniões, mas ultimamente não se tem muito, há reuniões quando se tem um conselho regional, a prefeitura busca fazer, ou quando o INCRA vem até ao assentamento, os assentados faz reuniões na igreja ou bem como a participação do IPA, são nesses casos que existem reuniões.

O assentamento detém de cooperativa?

Não existe cooperativa no assentamento, se tem uma associação, para ter uma cooperativa é necessário de uma base grande, e uma cidade com um desenvolvimento já consolidado, para o presidente a cooperativa atende ao agronegócio. A cooperativa necessita de uma organização social bem definida, um exemplo é a cooperativa do município de Surubim, onde ele atende as demais cidades circunvizinhas, como Bom Jardim, João Alfredo, Orobó, Casinhas.

Quais órgãos viabilizaram a construção de cisternas no assentamento?

Primeira a cisterna foi conseguida pelo pró-rural juntamente com o conselho regional de João Alfredo, onde o governo estadual entrava com 30% do recurso, o banco mundial 60% e a comunidade com 10%. Existe a cisterna do programa P1MC (Projeto 1 Milhão de Cisternas), e P1+ 2 (Uma Terra e Duas Águas) da cisterna calçadão. Há esse convívio com a seca por meio das políticas públicas que viabilizarem, o assentamento se encontra em uma área onde a pluviosidade é baixa.

Onde são comercializados os excedentes da produção?

Os excedentes são comercializados na feira da cidade de João de Alfredo, ajudando no complemento da renda familiar, para assim poder complementar na renda das famílias, ajudando na parte social como um todo das famílias.

Como é garantida a saúde no assentamento?

Tem posto de saúde na comunidade local, atendendo ao assentamento e as demais comunidades, sendo ele retratado como satisfatório nos primeiros socorros. Aqueles com

menos gravidades são atendidos no posto, os casos com maiores gravidades são encaminhados ao hospital da cidade, ou aos hospitais da capital Pernambucana em Recife.

Qual o tamanho do território do assentamento Gangungo?

O assentamento tem sua extensão territorial de 200,000ha (duzentos hectares).

Portanto, o contexto socioeconômico se baseia na seguinte premissa do qual foi analisada e compreendida com a entrevista realizada com a liderança do assentamento.

Primeiramente as famílias trabalhavam na fazenda Gangungo, onde se tinha a produção de algodão e milho, visto que o território de João Alfredo era grande produtor de algodão, e o agreste setentrional pernambucano produtor de milho. Assim, que a fazenda Gangungo é desapropriada e as famílias passam a ter sua propriedade, novas culturas vão sendo cultivadas, aumentando a produtividade e diversificando a produção do assentamento.

Porém, a produção de algodão foi extinta, e novos plantios foram estabelecidos pelas famílias assentadas, como a produção de fava, feijão de corda, quiabo, macaxeira, como também a produção de alguns animais como galinha, porcos, boi, deste modo, proporciona melhor condicionamento social para as famílias. Essa transformação é base importante para que as famílias permaneçam no assentamento Gangungo, onde até o presente dia atual se encontram em atividade essas produções alimentares.

Essa produção da sustento para a obtenção do seu próprio alimento, e pode gerar uma renda extra para as famílias, comercializando na feira local do próprio município de João Alfredo. Compreendendo também melhorias no que tange aos aspectos físicos de seus espaços em que moram, como compra de eletrodomésticos, eletrônicos, ou até um veículo para a locomoção pessoal e de sua família, bem como no melhoramento das casas.

No que tange a principio da transformação da fazenda em assentamento, as famílias do assentamento ponderam com muita satisfação a transformação social que vigorou com a criação do assentamento, melhorando proporcionalmente a qualidade de vida, melhorias essas advindas com a obtenção de políticas públicas e assistências que beneficiaram as famílias assentadas do assentamento Gangungo.

O acesso a terra, a produção de alimentos, as políticas públicas que foram estabelecidas, o acesso a água, saúde e educação proporcionam avanços em que consideram as relações sociais e econômicas presente no assentamento, é uma série de medidas ao qual devem ser estabelecidas para condicionar nas progressões necessárias para as famílias do assentamento Gangungo.

Portanto, se faz necessário para que as famílias tenham avanços sociais e econômicos no assentamento, e tenham as devidas bases essenciais de sobrevivência. Pois caso não se tenha o essencial para se manterem no assentamento, a tendência é que não permaneçam no seu devido território, a reforma agrária tem um papel importantíssimo nesta questão, ela vem para desapropriar e proporcionar o mantimento das famílias em seu devido território conquistado.

Portanto, há de se salientar a grande importância do sindicato dos trabalhadores rurais (STR), juntamente com a FETAPE, eles foram primordiais em todo o processo de desapropriação da fazenda. O sindicato dos trabalhadores rurais (STR) e a FETAPE são entidades para ajudar os camponeses, dentre as quais desempenham várias tarefas no qual possa viabilizar em melhorias na vida do camponês.

Deste modo, a FETAPE (2019), é.

A FETAPE é uma entidade sindical de segundo grau, que representa e coordena os trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Pernambuco. Fundada em 6 de junho de 1962, a Federação foi reconhecida em 17 de outubro do mesmo ano. Hoje, é constituída por 179 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais das três regiões do estado. Pernambuco é constituído por 185 municípios e tem uma população rural de 1.746.164 (Censo IBGE, 2010). Dessa forma, a FETAPE, que está presente em praticamente todo o estado, representa boa parte dessa população do campo, já que a média por família é de cinco pessoas e, em geral, um membro é sindicalizado. Além disso, em muitos municípios existem delegacias sindicais nas comunidades, sítios, engenhos ou fazendas, o que contribui para que a FETAPE atinja mais diretamente milhares de trabalhadores/as, que participam democraticamente de todas as decisões assumidas pela entidade. Mensalmente, os Sindicatos realizam assembléias, que contam com a participação de dezenas e até centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso comprova a forte capilaridade e poder de mobilização da categoria (FETAPE, 2019).

Por meio deste esclarecimento do qual se retrata a FETAPE, é compreensível sua atuação no processo de desapropriação da fazenda para a criação do assentamento Gangungo, sua participação deu ainda mais fortalecimento para os trabalhadores lutarem por seus direitos.

Como é de se ponderar, nenhum fazendeiro quer perder sua terra, no entanto, as sujeições quais os trabalhadores estavam sendo envolvidos não foram aceitas pelos próprios trabalhadores. O plantio e a criação sendo extintas foi uma negação para os trabalhadores, o estopim para a reivindicação da desapropriação, onde o fazendeiro rega das maiores regalias possíveis, mas menosprezando aqueles que sustentam sua fazenda, esse ponto é crucial para a reivindicação da luta pela desapropriação, visto também que se haviam trabalhadores com vários anos de trabalho naquela fazenda.

A desapropriação também contou com a interferência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual o papel do INCRA é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2019).

Na medida de intervenção do INCRA na desapropriação da fazenda, pode-se compreender que o assentamento Gangungo é um assentamento também do INCRA. Desta forma um assentamento do INCRA é definido pela seguinte relação afirma INCRA (2019), o assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária, após o INCRA emitir a posse da terra ele o repassara para os trabalhadores rurais, para poderem promover o cultivo e o desenvolvimento econômico.

O INCRA fez todos os devidos encaminhamentos legais, bem como pagou para a desapropriação e as benfeitorias existentes, ou seja, para que os trabalhadores tivessem acesso a terra é necessário o pagamento ao fazendeiro. Desta forma mesmo que o fazendeiro tenha perdido a posse da fazenda, mas ele ganhou em dinheiro um valor recorrente a ela, concluída a desapropriação as famílias que trabalhavam na fazenda terão seu devido território e assim feita à criação do assentamento.

No entanto, atualmente o INCRA não vem desempenhando o seu real papel vem em total desmonte, no que se compreendem como os seus cumprimentos legais, como se verifica no caso da suspensão da reforma agrária no país no começo do ano, onde desapropriações e compras de terras foi suspenso em mandato do presidente da república ao INCRA, desta forma, o INCRA corrobora com as desigualdades vigentes no campo.

O assentamento Gangungo é composto de 41 famílias assentadas registradas, com os agregados essa quantidade aumenta para 150 famílias e 300 pessoas, em sua maioria é constituído do sexo feminino.

Existe um ponto no qual é crucial no processo de luta pela terra do assentamento Gangungo, há não ocorrência de conflitos entre os trabalhadores e o fazendeiro, mesmo ainda existindo um pouco de resistência por aqueles que são favoráveis ao fazendeiro, não se teve a ocorrência de conflito. É um território onde as famílias vivem bem, longe de conflitos, mortes, perseguição. Visto que no Brasil, em sua maioria os assentados e o presidente do assentamento são vitima dessas indelicadas repressões realizadas principalmente a mandato dos latifundiários.

Observando esse fato dá não ocorrência de violência, assassinato, perseguição, ou outras intimidações pode-se considerar como um caso à parte no processo de luta pela terra no assentamento Gangungo. Observam-se no presente estado de Pernambuco os conflitos pela

terra são recorrentes, onde já ocorreram vários casos de assassinatos contra líderes dos assentamentos, dentre outras formas de repressão contra quem luta pela terra.

Em uma entrevista da Brasil de Fato, (2019), com João do Vale, retrata-se como o estado de Pernambuco é violento no campo.

BdF: Dentro desses dados, quais são os números em Pernambuco?

João: Pernambuco está entre os cinco estados mais violentos para o campo no Brasil. Quando se fala em violência no campo estamos falando de assassinato, ameaças, grandes obras, expulsões, tortura, sequestros, é muita coisa. Falar de violência no campo é falar de morte, mas não é a física, mas também da cultura, do território, dos modos de vida. Então, a violência também se dá pelas grandes obras como Suape, a transposição do Rio São Francisco e agora o governo Bolsonaro, que quer implantar uma usina nuclear em Itacuruba, que é mais um projeto de morte no campo brasileiro (Brasil de Fato, 2019).

Na entrevista feita Pela Brasil de Fato com João do Vale, mostra-se claramente o quanto violento é o Estado de Pernambuco, a violência no território pernambucano não é só envolvendo uma questão física, mas envolve e abrange uma dimensão que extrapola a questão física do corpo. A violência deixa marca nos camponeses culturalmente, territorialmente, no seu modo de viver, esses diferentes modos de agressão, realizados por diferentes sujeitos no campo pernambucano ficam em sua maioria impune diante a justiça.

Historicamente o estado em questão é marcado pelos conflitos no campo, marcado pelos grandes engenhos, a grande concentração fundiária presente no campo, e os conflitos entre os camponeses e os latifundiários, os senhores de engenhos entre outras diversas formas de acanhamento presente contra os camponeses. Não é só o processo de luta pela terra que gera conflito no campo, mas outras práticas também geram, seja um governo querendo implantar uma obra em um território camponês, ou uma grande obra em execução, eles irão tentar expropriar os camponeses do seu território, gerando perdas econômicas, sociais e culturais.

A impunidade presente no campo leva ainda mais a geração de conflitos, no qual são das formas mais perversas contra os camponeses, ocasionando os assassinatos, onde pistoleiros são pagos para executar tais crueldades.

Desta forma, a CPT Comissão Pastoral da Terra (2019), correlata os seguintes acontecimentos.

No dia 23 de março de 2012, o trabalhador Rural Sem Terra Antônio Tiningo foi assassinado em uma emboscada quando se dirigia para o acampamento da fazenda Açucena, no município de Jataúba, agreste de Pernambuco. Tiningo era um dos

coordenadores do MST na região. No mesmo dia, pistoleiros atiraram contra famílias Sem Terra acampadas próximo à fazenda Serro Azul, no município de Altinho, também no agreste de Pernambuco. Duas mulheres e uma criança foram atingidas. Em outubro do ano passado, o trabalhador rural Sem Terra José Amaro da Silva, desapareceu na zona da mata de Pernambuco quando saía do acampamento do MST no Engenho Brasileiro, município de Joaquim Nabuco, mais umas das áreas de conflito agrária do estado. O MST e organizações de direitos humanos como a Terra de Direitos vem denunciando amplamente a violência no campo em Pernambuco: pistoleiros recebem R\$ 50,00 por dia para atirarem contra trabalhadores rurais Sem Terra; fazendeiros andam armados e ameaçam agricultores até mesmo em suas próprias casas; a polícia atua como segurança privada de fazendas, intimidando e ameaçando famílias Sem Terra; delegados, juízes e promotores legitimam o uso de violência e de milícias armadas por parte de proprietários de terra; trabalhadores rurais desaparecem e são mortos em emboscadas (CPT, 2019).

Esses casos ocorridos e correlatados pela CPT, infelizmente mostram um cenário degradante no campo pernambucano, onde famílias são violentadas, casos de emboscadas realizadas, desaparecimento, em meio a outras formas perversas, há uma falta de segurança enorme no campo. Os camponeses ficam à mercê do medo, da injustiça, da violência, dos homicídios, no qual os policiais deveriam proteger a todos, mas se vê de um modo diferente, eles estão do lado dos fazendeiros protegendo-os e reprimidos aqueles que fazem oposição.

Mesmo diante de toda essa situação delicada do campo pernambucano, o assentamento Gangungo saiu ileso desses fatos, por isso é um privilégio de quem faz parte dele. Se sente protegido em seu território, entretanto, sabendo das injustiças vigentes no campo, no qual se sabe de assentamento do agreste pernambucano, a ocorrência de mortes e conflitos, mas no assentamento Gangungo vigora o senso de tranquilidade e harmonia social.

A consolidação do assentamento e permanência das famílias assentadas no território conquistado, só foi possível graças as assistências fornecidas pelo governo através do INCRA. Não se pode só conceder a desapropriação e deixar por isso mesmo, mas é imprescindível uma série de medidas que viabilizem a convivência dos assentados no presente território.

Dentre as assistências fornecidas pelo INCRA, o crédito fundiário tem uma importância social relevante, a compra de materiais para o trabalho, na construção de cercas para o gado, o fornecimento de capim elefante e palmas para ajudar na engorda do gado e na alimentação de outros animais.

A qualidade do solo do assentamento é de suma importância, pois essencial para a produção de alimentos e a criação de animais, assim os assentados pode desenvolver suas práticas agrícolas sem se preocupar com a fertilidade do solo. Como afirma o presidente do assentamento (2019), é uma área onde planta, e tudo que plantar se dar, ou seja, isso faz os assentados terem independência para produzir seus próprios alimentos e poder trabalhar em seu terreno, mas é necessário também o uso correto do solo.

O território onde atualmente se encontra o assentamento Gangungo, era uma área de produção de algodão e milho, como ressalta Da Silva (2018) a produção existente no território que pertence hoje aos assentados era de algodão e milho. Para a obtenção de a independência alimentar se faz necessário produzir novas culturas no presente assentamento, desta forma essa diversificação os possibilitará um convívio na sua terra.

O assentamento enquanto no processo de consolidação, se obteve de grandes êxitos, para isso é consolidou seus próprios bens e valores sociais, diante das necessidades de fazer com que todos possam participar efetivamente na participação econômica e social. Devido já a cultura existente da produção de milho e algodão, o assentamento em questão deve buscar essas e novas produções. Para que possam assim consolidar a produção de alimentos, seja para o próprio consumo ou a partir dos extras produzidos, possa beneficiar e comercializar seus produtos.

São processos que se insere nas práticas dos assentados, o beneficiamento de acordo com Braz e Aureliano (2017), consiste na transformação dos produtos *in natura* em produtos processados, adicionando valor e diversificando o cultivo alimentar. Incide em uma maior arrecadação do seu valor para o camponês, devido ao processo de beneficiamento, assim aumentando sua renda. A comercialização representa a venda deste produto agregado de valor, no qual passou a ser beneficiado ou não, para ser comercializado em feiras ou outros meios.

A cultura de milho e algodão não representa a base alimentar das famílias do assentamento, é imprescindível cultivar novas culturas, portanto, a produção atualmente é composta da produção de feijão, fava, quiabo, macaxeira, feijão de corda, a criação de gado é destinada para a venda, galinha para o consumo próprio, bem como as hortaliças.

Esta diversidade na produção conduz com a transformação social do assentamento, pois ele não fica refém de sua necessidade, o bom solo, as assistências fornecidas pelo INCRA, o sindicato dos trabalhadores rurais (STR) são agentes preponderantes neste avanço e nessa independência.

Como correlatado sob a diversidade de produção alimentar do assentamento, o modelo de produção familiar é essencial para essa pluralidade, deste modo a produção no assentamento Gangungo é pautada na agricultura familiar, onde as famílias produzem seus alimentos e o consomem dentro do próprio assentamento. Neves (2012), afirma que.

A agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do

estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis como atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringe certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor (NEVES, 2012, p. 35).

A agricultura familiar é oposta ao agronegócio, ela executa um papel de conexão entre os camponeses produtores, a autonomia é exercida desde a execução das atividades produtivas até a comercialização dos excedentes, sendo as famílias donas de seus meios de produção e de sua renda.

Na complementação da renda familiar a produção quando excede a tal ponto que possa ser comercializada é destinada a feira da cidade, as famílias do assentamento negociam os produtos excedentes em busca de obter um pequeno aumento na renda. No entanto, a prioridade da família é a obtenção de alimentos para consumo próprio, há casos isolados como a criação de gado e suínos no qual são destinados prioritariamente para a comercialização.

A comercialização como meio de obtenção do aumento da renda do assentamento Gangungo, não prediz na falta de renda das famílias assentadas, na prática as famílias residentes lá tem um bem-estar econômico. Elas provêm de aposentadoria, ou em outros casos como bolsa família, bolsa escola, esses programas são responsáveis pela renda da família ou por boa parte da renda familiar.

Todavia, o assentamento Gangungo tem que se manter presente em sua produção e na transformação social, para que possa continuar seus processos de independência social e econômica. Assim deve continuar suas lutas diárias, para que produzam novos elementos em seu bem, possibilitando o benefício de todos os assentados.

Embora o assentamento Gangungo desfrute de um solo bom para o plantio e tenha sua independência alimentar, tem-se uma ressalva enquanto a disponibilidade de água, o município de João Alfredo por se encontrar localizado no agreste setentrional pernambucano, compreendido como um zona de transição entre a zona da mata e o sertão, é uma microrregião de índice de precipitação baixa. No tempo escasso de chuvas a disponibilidade de água é reduzida, a saída para o abastecimento do assentamento foi à perfuração de poços artesianos, no qual dois poços artesianos disponibilizam água para o consumo dos assentados no assentamento.

Ainda é muito enraizado nos dias atuais o combate à seca, mas como se sabe a seca é presente na vida dos nordestinos, não se acaba com ela, mas há forma de se conviver com a seca e diminuir as perdas no seu período. Malvezzi (2007), afirma que para se conviver bem

com a seca a principal necessidade é armazenar água no tempo de chuvas e estocar os alimentos produzidos, para sua utilização no tempo da seca.

Visto a necessidade de estocar água para o consumo humano, bem como também para a utilização na dessedentação dos animais e na produção de horticulturas, as cisternas ganham notoriedade como meio de convívio com a seca. O assentamento Gangungo foi contemplado com cisternas realizadas pela FETAPE, como também dos projetos, “Um milhão de cisternas” (P1MC), O projeto “Uma terra e duas águas” (P1+2).

O projeto “Um Milhão de Cisternas” tem por objetivo segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) (2019), melhorar a vida das famílias que vivem na região semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade para beber. O projeto “Uma terra e duas águas” (P1+2), por sua vez tem por finalidade segundo a ASA (2019), promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas.

Observa-se assim, a importância das cisternas para o assentamento, onde dá soberania para as famílias e sustentação nos tempos de secas, por mais que o acesso a água seja difícil e se tenha uma disponibilidade baixa, um planejamento bem elaborado para perder o mínimo possível de água e utiliza - lá de modo correto, acarreta em muitos benefícios entre os assentados. Programas como esses, a participação da FETAPE, torna o assentamento bem mais preparado para enfrentar as dificuldades vigentes no campo, o acesso aos meios melhoramentos para o assentamento será sempre bem-vindo, é de esforços assim que alavanca o crescimento social do assentamento.

Visto todo o processo presente da luta pela terra, a conjuntura atual no qual se encontra as questões do campo brasileiro é observada com um olhar de insatisfação, os descasos dos governantes com o campo é nítido em todo o processo histórico do Brasil. A reforma agrária tão almejada pelos camponeses nunca foi realizada por parte dos diversos governantes do Brasil, o presidente do assentamento Gangungo ressalta as assistências que foram deixadas de lado e serem realizadas por parte do INCRA.

A desapropriação para a criação do assentamento por si só não é o cumprimento da realização da reforma agrária, é necessária uma serie de efetivações no qual possa conceder o avanço social das famílias assentadas.

A criação do assentamento e dos assentamentos no Brasil só foi possível graça a pressão social, os confrontos entre as classes conseguiram alcançar esse ganho, mas não é o fim da luta, é preciso uma reforma agrária ampla, no qual prontifique dos problemas vigentes

no campo e traga as soluções para eles, na entrevista de Bernardo com João Pedro Stedile (2012), a uma clareza sobre a criação dos assentamentos.

No qual segundo Stedile, Fernandes (2012), define a política de assentamento como sendo.

João Pedro: A política de assentamentos, em si, não é uma conquista. Ela é um resultado do confronto, da luta de classes. Mas os assentamentos, sim, são conquistas, verdadeiras áreas liberadas, conquistadas pelos trabalhadores. Por isso devemos aproveitar ao máximo, para que, embora sejam ainda parciais e enfrentam muitas dificuldades, essas áreas de assentamento sejam um acúmulo de forças para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla (FERNANDES; STEDILE, 2012, p. 165).

Deste modo, se faz prescindível os assentados exercerem seu papel no assentamento, pois é neste território que irão desenvolver suas condutas, sejam elas, culturalmente, socialmente, economicamente ou a continuidade do processo da luta pela reforma agrária. Assim devem-se ser contundentes as atuações dos assentados, estando interligado com o movimento social ao qual faz parte, é nesta continuidade de lutas que observamos os avanços e as conquistas sendo alcançadas.

Há uma estrutura social que acompanha não só a produção de alimentos e econômica, cultural, dentro do presente assentamento se constitui relações sociais, sejam elas produzidas em seu âmbito território. Como relatado por Da Silva (2018), há no presente assentamento uma associação dos assentados, escola e igreja.

A associação é um espaço onde pode ser discutidas soluções e problemas sobre o assentamento, procurar novas formas de como melhorar em todas as questões, os diversos deveres que constitui dentro do assentamento. Assim estabelece o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA 2019), sobre a associação, a forma de organização criada pelos integrantes de um assentamento para representá-los junto a entidades governamentais ou não, para discutir o seu processo de desenvolvimento e determinar os rumos que serão tomados pela comunidade em sua busca de cidadania.

Assim representando por um líder que exerce total prestígio sobre os demais, ele aglomera em si todas as questões que necessitem ser feitas, mas trabalhando em conjunto com todo o assentamento, assim se faz a força presente conjunta dos assentados. É essencial a presença do líder para o assentamento, é nele onde se vigora as decisões e informações sobre diversos aspectos relacionados ao assentamento, mas é necessário um diálogo vigente entre ele e os demais assentados, as famílias.

Logo que o presidente do assentamento Gangungo tem tal “poder”, ele esta a disposição de todos, no qual ficou observado em sua fala esse papel de interligação entre ele e as famílias assentadas no presente assentamento, ou seja, seu papel é preponderante para manter as boas relações no assentamento.

Retratando todo um processo de evolução de estudos e de conquistas dentro do campo brasileiro, compreende-se e pontifica tal discrepância e sujeições da elite agrária, dos governantes, e do sistema capitalista de produção. Nesta contramão se condiciona os movimentos sociais do campo, camponeses e camponesas e trabalhadores rurais sem terra, a essa classe trabalhadora do campo é remitida a expropriação, assassinatos, despejos, mortes e conflitos.

Mas todas essas desavenças não levaram a extinção, nem tampouco o fim da luta pelo acesso a terra e pela reforma agrária. Os movimentos sociais do campo conjuntamente com os camponeses se fortalecerem em seu processo histórico, e foram se organizando ao longo de suas lutas, entretanto, para o fortalecimento das lutas é necessário o apoio e o entendimento da sociedade de suas causas e defesas.

Portanto, a Geografia e os geógrafos brasileiros têm relevância na participação dos estudos sobre as subversões presente no campo, e dão respaldo para os movimentos sociais e camponeses prosseguirem em busca de suas conquistas. Desta forma, Pedon (2013), assinala Manuel C. de Andrade e Josué de Castro sendo os pioneiros no fato de abordarem os movimentos sociais mesmo sendo de forma descritiva, mas não aprofundando o tema.

As Ligas Camponesas atuante nas décadas de 1940, 1950 e 1960, no qual nesta última década foi extinta, devido às repressões realizadas pela ditadura militar, ela concentrou suas lutas em prol da reforma agrária, por acesso a terra e melhores condições para os camponeses. Essa luta se arrasta até os dias atuais, principalmente com a performance do MST, este movimento se obteve também dos conhecimento das lutas da Ligas, e trouxeram em sua bagagem com uma forma diferente o processo de luta contra todas as coibições presente no campo.

A presente atuação dos movimentos sociais do campo é uma forma de contradição contra a soberania dos elitistas, no tocante de vivenciar sua cidadania foram e são reprimidos. Os casos de assassinatos, ameaças, emboscadas bem como outros meios de repressão são realizados há mandato de latifundiários, senhores de engenhos, fazendeiros, e demais que atuam como oposição aos camponeses.

A esses casos se condiciona em um processo histórico no qual vem se arrastando desde o período colonial, seja, contra os índios e escravos, ou seja, atualmente contra os

camponeses e trabalhadores rurais sem terra, as contradições no campo brasileiro é fortemente arraigada e mantida pela elite que a compõe o campo.

Os assentamentos rurais como já elucidado é marco de um processo de luta, onde os camponeses foram os principais sujeitos dessa conquista, cabe a compreensão de que forma esse território do assentamento irá beneficiar a vida dos camponeses, e como os governantes tratarão de viabilizar a permanência dos assentados no assentamento.

A conquista do território traz consigo toda outra ação, a busca por condições que façam com que os camponeses possam sobreviver no referido espaço, necessitando de energia, água, solo fértil, educação, créditos fundiários para compra de materiais em que possam exercer suas atividades no campo. É a estrutura básica para sobrevivência e permanência dos assentados no assentamento, no entanto, não são todos os assentamentos rurais no Brasil que detêm destas condições básicas.

Todavia, mesmo com problemas a serem resolvidos, os assentamentos rurais através da reforma agrária propicia uma melhoria na qualidade de vida dos camponeses assentados, nos diversos aspectos sociais. Aumento da renda das famílias assentadas, soberania alimentar para a produção de alimentos, aumento da escolaridade, reconhecimento da sociedade perante uma nova visão enquanto assentados, esses e outros fatores propiciam avanços e ganhos para os camponeses assentados.

De acordo com Sauer (2005), com a criação do assentamento as relações sociais entre a sociedade e assentados passam a ser diferentes, a discriminação e o preconceito são deixados de lado, devido à conquista do território é o novo momento de vida.

Segundo o INCRA (2010), com o cumprimento da reforma agrária ela propicia os seguintes avanços.

Do ponto de vista econômico, o acesso à terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenamento territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010, p. 1).

Com todos esses ganhos, os camponeses resistem e lutam pela reforma agrária no Brasil, creditando nela o fim da desigualdade no campo e propiciando as progressões esperadas pelos camponeses. Embora saibam de fato que não se foi realizada uma reforma agrária por completo, entretanto, os movimentos sociais do campo, os camponeses, os trabalhadores rurais devem continuar lutando por um campo menos desigual.

Trazendo toda essa circunstância para o assentamento Gangungo, observou com a entrevista realizada com a liderança do assentamento, o seguinte fato do assentamento desfrutar de boas condições sociais, econômica, educacional e alimentar. O assentamento Gangungo em seu processo de construção e consolidação se deu por meio de fornecimento de créditos fundiários, materiais para uso agrícola, fornecimento de sementes e outras assistências, proporcionando para as famílias moradoras no seu território uma qualidade de vida muito melhor ao que antes era, quando o assentamento era uma fazenda.

Ou seja, com a criação do assentamento e o fornecimento das assistências, sejam elas, através do INCRA, do Banco Mundial, da FETAPE, ou outros órgãos, fomentaram a criação de um espaço digno de se viver, onde dispõe das condições necessárias para a realização das atividades no assentamento. Fatores preponderantes como escola, segurança alimentar, qualidade do solo, saneamento básico, acesso a água e solo de boa qualidade para a prática da agricultura, são determinantes para a estabilização das famílias dentro do assentamento.

No assentamento Gangungo as famílias pode contar com essas condições, onde se tem escola para os filhos dos assentados, no qual estudam e ganham conhecimento de sua cultura, detém de acesso a água potável como mostra a (figura 2), o solo propicia boa produção alimentar, e essa produção alimentar abastecem as famílias e ajuda no aumento da renda, com a comercialização dos excedentes.

O acesso a água proporciona uma sustentabilidade maior no assentamento, interferindo diretamente na vida dos assentados, com a água potável para o consumo os assentados evitam gastar dinheiro para compra de caminhões pipas, evita doenças que são transmitidas com água suja, inadequada. Água potável também se vislumbra em uma questão de saúde, ou seja, os riscos dos assentados sofrerem de alguma doença por causa da água, se tornam menores.

Figura 2 – Poço Artesiano do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

As cisternas existentes nas casas dos assentados como mostra a (figura 3), vêm para ampliar a disponibilidade de água para eles, pois armazenam a água das chuvas e são utilizadas para diversas utilidades. Dentre os benefícios da água armazenada pode ser pontuada, sua utilização para o consumo próprio, como para o uso no cozinhamento dos alimentos, para higiene pessoal como o banho, na lavagem das roupas, ou para o uso na produção dos alimentos e dos animais, entre outros proveitos.

Figura 3 - Cisterna Calçadão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)



Fonte: Acervo Próprio

Levando em consideração o nível de escolaridade dos adultos e jovens presentes no assentamento, observam-se que há uma diferença entre eles, os adultos tem um nível de escolaridade menor em relação aos jovens. Para os jovens os estudos representam a ampliação de conhecimento, a busca por emprego na zona urbana ou melhoria no trabalho juntamente com a família.

A escola quando se faz presente dentro do assentamento como mostra a (figura 4), ela vivencia toda a realidade daquele presente território, as relações sociais, os processos de aprendizagem passam a ser engendrados a partir do presente meio ao qual faz parte. Os valores culturais são calcados de acordo com a comunidade, bem como, a promoção do trabalho agrícola, no qual estes sejam contemplados no presente espaço escolar.

Figura 4 – Espaço de Recreação dos Alunos da Escola do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Conjuntamente também dispõe de suas moradias, com casas bem estruturada e provendo em seu interior de eletrodomésticos, automóveis como carro ou moto, mas é produto de todo um processo de resistência, assim conseguiram chegar as suas conquistas.

A constituição da reforma agrária com a criação dos assentamentos rurais possibilita, para os camponeses uma nova vida, conota-se em diferentes aspectos a sua importância. Desta forma, as conquistas, os avanços sociais, as melhores condições de vida são refletidas perante tal atuação da reforma agrária e do território concedido para a construção do assentamento.

Deste modo, quando a reforma agrária é exercida juntamente com a criação do assentamento há uma ruptura com diferentes sujeitos sociais, no qual se formaliza em novas

relações. As relações de trabalho não são pautadas mais na exploração da força de trabalho por parte dos latifundiários e fazendeiros perante os camponeses, à liberdade para produzir e se inserir em uma produção sustentável, sem uso de agrotóxicos ou outro meio que venha danificar tanto o meio natural, os produtos e toda a sociedade, se pautando na produção agroecológica e familiar.

A produção não é voltada para a obtenção do lucro, como é estabelecida no sistema capitalista de produção, e sim estabelecida para obtenção do consumo próprio, ou seja, sua função é dar uma soberania alimentar sem dependência da produção externa ao assentamento.

No assentamento Gangungo, só foi possível a elevação da qualidade de vida e um nível bom de satisfação social, por causa do recebimento de políticas públicas foram e são significantes para uma melhor qualidade de vida. Políticas essas que trazem benefícios para todas as famílias assentadas, como por exemplo: a construção de cisternas para as famílias, a construção de casas para os assentados agregados através do minha casa minha vida rural como mostra a (figura 5), e meios para a produção de produtos.

Figura 5 -Casa conseguida pelo agregado através do programa minha casa minha vida rural



Fonte: acervo próprio

Os assentamentos rurais atualmente estão espalhados por todo o território brasileiro, devido à perante luta dos camponeses no campo, no entanto os números de famílias assentadas vêm decaindo. Como os governantes não viabilizam a reforma agrária no país, os números reduzidos de desapropriação e poucos investimentos para os camponeses, entre

outras problemáticas vigentes no campo, a tendência é a regressão no campo e um número baixo de criação de assentamentos rurais.

Os diversos governantes que estiveram à frente do governo do Estado brasileiro, uns favorecem a atuação dos movimentos sociais do campo e apoiaram a criação de assentamentos. No entanto, também se teve aqueles que pouco fizeram para os camponeses, atendendo principalmente a elite rural, propiciando o avanço de monoculturas, grandes latifúndios e grandes subsídios para estes.

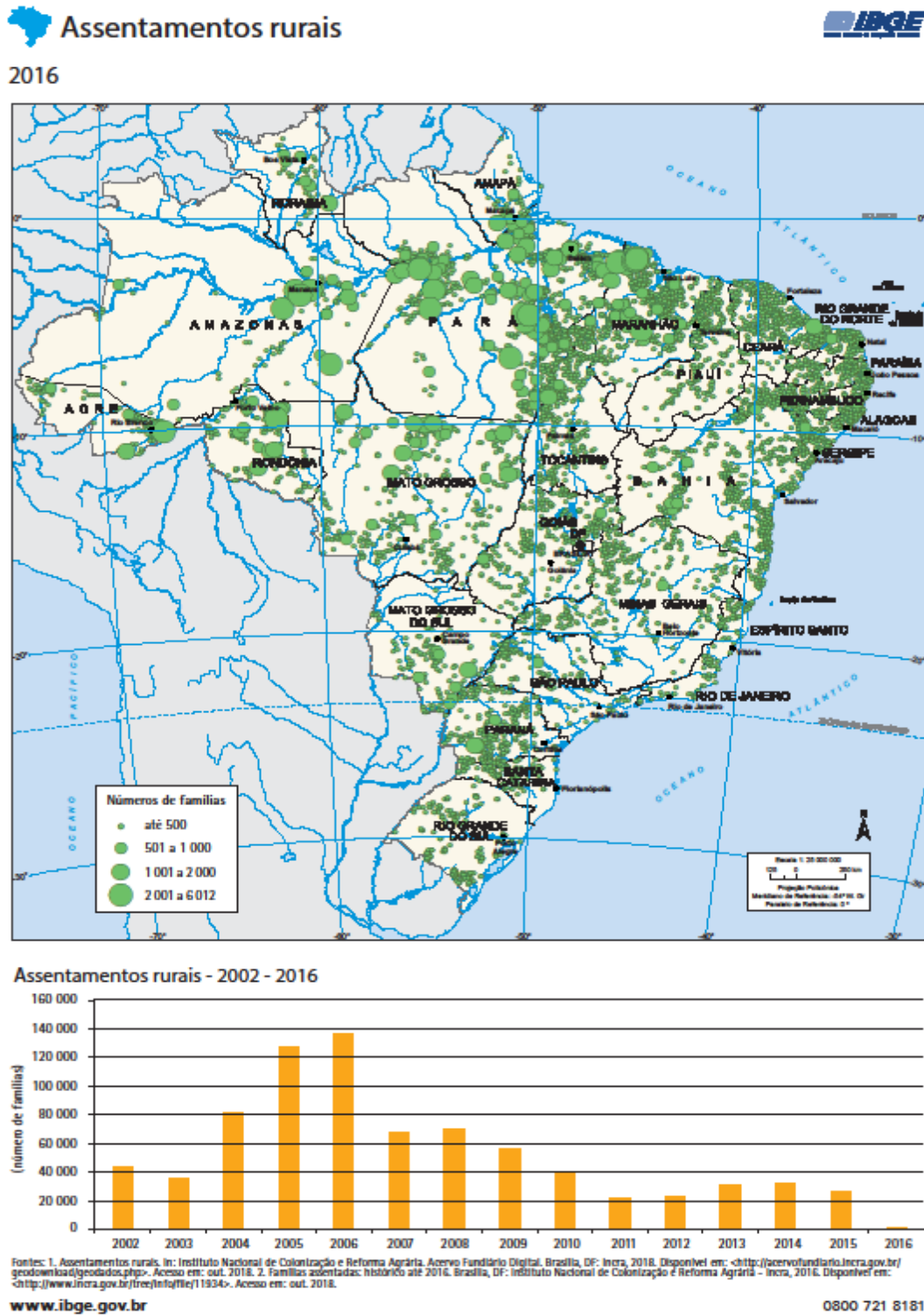
No cenário atual observa-se, uma conjuntura no campo o qual é desfavorável para a atuação dos movimentos sociais do campo, dos camponeses, trabalhadores rurais sem terra, indígenas e outros que permeiam o campo brasileiro. Mas, não se pode deixar de ir à luta, lutar por seus direitos e deveres, em um cenário tão tenebroso, os assentamentos, as ocupações, as passeatas são todas resistências contra o capital, contra a elite e contra medidas tomadas pelo Estado, favorecendo os grandes latifundiários.

O assentamento Gangungo faz parte de toda resistência ao lutarem por acesso a terra e pela reforma agrária, por seus direitos e deveres, e mostra sua importância perante toda a sociedade, e reafirma que a criação de assentamento gera bons resultados para os camponeses.

A (figura 6), mostra a distribuição dos assentamentos rurais no Brasil em 2016, no qual se observa uma maior quantidade de assentamentos rurais nas regiões Nordeste e Norte do país, regiões estas marcadas pelos conflitos. Essas regiões também são marcadas pela forte concentração fundiária, onde os grandes latifundiários, fazendeiros, o agronegócio se apossam indevidamente da terra, pontua-se também na referida (figura 6), um gráfico de barra onde mostra a diminuição na criação de assentamentos rurais.

Desta forma, os camponeses presentes nestes territórios lutam por acesso a terra, sabendo das dificuldades existentes no campo, também se delineando em meio a assassinatos, emboscadas, ameaças e outros meios de repressão, mas os camponeses jamais deixarão de lutar pela terra, pela reforma agrária, por seus direitos.

Figura 6 – Assentamentos Rurais



Fonte: https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_assentamentos_rurais.pdf. Acesso em 22 de outubro/2019

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se no presente estudo realizado através da revisão bibliográfica e dos resultados obtidos *in loco*, compreendendo analisar a presente estrutura do assentamento Gangungo, por meio da luta pela terra e pela reforma agrária, no qual designada em uma luta cheia de obstáculos, mas no quais foram restituídos com resultados positivos.

O assentamento Gangungo é um marco da resistência, pois tantos outros camponeses estão na luta pelo território brasileiro, e não conseguiram sua terra, as famílias do assentamento Gangungo têm sua terra e sua vida social. Ressalva-se a importância dos movimentos sociais do campo para com essa luta, nessa esfera qual permeia o campo de lutas e conflitos, todos que são expropriados, sujeitos de exploração, entre tantas outras perdas, devem reivindicar seus direitos.

Enquanto fazenda Gangungo, as condições provenientes não favoreciam as famílias presentes ao qual trabalhavam nesta fazenda, no liminar de não prover de boas condições e ainda terem que pagarem por elevadas taxas de foros, as famílias uniram forças e pleitearam as ações indevidas do fazendeiro. Para conseguir o acesso a terra, nota-se que houve uma inquietação dos trabalhadores rurais da fazenda, caso aceitassem as medidas tomadas pelo fazendeiro, não teriam o acesso a terra, bem como, a construção do assentamento.

Portanto, o processo de luta pela terra e pela reforma agrária se institui no campo brasileiro em um processo de luta conflituoso e sutil, cheio de desafios, mas com todos os esforços presente, há possibilidades de um campo menos desigual e mais justo. A criação do assentamento rural vem também para romper essa lastima desigualdade presente no campo, o assentamento Gangungo é prova viva de que, com a criação do assentamento as famílias passaram a viver bem melhor, se obtendo de uma qualidade de vida digna.

Aumento da qualidade de vida conseguida como produto de toda uma conjuntura ao qual permitiu que o assentamento se desenvolvesse, e as famílias prosperassem, desta forma, reitera-se a força da luta pela terra, a magnitude da transformação do assentamento para com as famílias.

A reforma agrária abrange uma dimensão ao qual extrapola o fato da desapropriação, o seu intuito para com os camponeses e com o campo é transformar toda uma estrutura vigente, marcada por grandes latifundiários, latifúndios, fazendeiros, o agronegócio e toda uma elite agrária. Os camponeses vêm na reforma agrária a ruptura com esse domínio, no qual objetivam principalmente o acesso a terra e as condições para se manterem nessa terra, onde a criação do assentamento rompe com toda uma estrutura de sujeições.

Assim, o assentamento Gangungo em sua condicionante composição é calcado nas relações em que se destinam a não exploração dos assentados da força de trabalho pelo modo capitalista, e demais fatores do capital, ele é estabelecido nas relações sociais entre as famílias, ao qual cada uma ou ambas, se ajudam e mantêm um convívio harmonioso socialmente.

7. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. In: CALDART, R.S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964

Articulação do Semiárido brasileiro. **ASA**. Resultados. Disponível Em. <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em setembro/2019.

_____, **ASA**. Resultados. Disponível. https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#categoria_img. Acesso em setembro/2019.

Brasil de fato. Resultados. Disponível em. <https://www.brasiledefato.com.br/2019/07/15/peernambuco-esta-entre-os-cinco-estados-mais-violentos-no-campo-de-acordo-com-a-cpt/> Acesso em setembro/2019.

BASTOS, E, R. **As Ligas Camponesas** / Elide Rugai Bastos. – Petrópolis, 1984. 144 p.

BRAZ, M. I; AURELIANO, S. S. **Produção agroecológica e desenvolvimento: o sistema produtivo na serra dos Paus Dóias – Exu/PE**. Anais II Congresso internacional da Diversidade no Semiárido. Campina Grande, 2017.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L, A, C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste na área explosiva**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CPT. **Cadernos Conflitos no Campo**. Período de 2001 a 2015.

_____. Resultados. Disponível em. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/1039-mais-um-sem-terra-assassinado-em-pe>. Acesso em Setembro/2019

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 92)

_____, B. M. Movimentos sociais do campo. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

_____, B. M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do mst - movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado de são Paulo**. FFCLH. São Paulo. 1994. 208. p.

FELICIANO, C. A. A Prática da Violência no Campo Brasileiro do Século XXI. In: FILHO, E. S. R.; JUNIOR, M. A. M.; SANTOS, L. R. S. **A questão agrária e conflitos territoriais**. – 1. Ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

IBGE. **Assentamentos Rurais**. Resultados. Disponível em. https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_assentamentos_rurais.pdf. Acesso em Outubro/2019

_____. **Brasil/Pernambuco/JoãoAlfredo**. Resultados. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/joao-alfredo/panorama>. Acesso em novembro/2018.

Instituto de colonização e reforma agrária. **INCRA**. Resultados. Disponível. http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em setembro/2019.

_____. **Reforma agrária**. Resultados. Disponível em http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em novembro/2018

João Alfredo. **A cidade**. Resultados. Disponível em <http://joaoalfredo.pe.gov.br/site/a-cidade>. Acesso em novembro/2018.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. S. AGRONEGÓCIO. In: CALDART, R. S. *et al.* (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MALVEZZI, R. **Semi-arido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007. 140p.

MEDEIROS, R. R. **Mapa de Localização – João Alfredo – Assentamento Gangungo**. Fonte: IBGE, 2016. SICAR, 2019. Local: LAB. GEOPROCESSAMENTO E SIG – UEPB/CG/DG. In. QGIS 2. 18. 26 – Las Palmas.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes,-2009.

MOTTA, M; ESTEVES, C. L. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida**. 2006.

MST. **MST: Lutas e Conquistas**. Secretaria Nacional do MST, 2. ed. 2010.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

O INCRA e o assentamento. Resultados. Disponível em http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf. Acesso em novembro/2018.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. in: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** (org.)- 1. ed.-São Paulo: Outras Expressões, 2016. 326 p.

_____. A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ProRural. Projeto do ProRural levou água e qualidade de vida para moradores do Sítio Gangungo. Resultados. Disponível em <http://prorural.pe.gov.br/projeto-do-prorural-levou-agua-e-qualidade-de-vida-para-moradores-do-sitio-gangungo>. Acesso em novembro/2018.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, C.G; SPAROVEK, G. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate** / coordenação Caio Galvão de Franca, Gerd Sparovek. Colaboradores Antonio Marcio Buainain. [et al]. - Brasília: NEAD, 2005.300 p.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. *et al.* Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamento rurais. **Segurança alimentar 2013**, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013.

STEDILE, J. P; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. 176p.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S. *et al.* (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p.

ANEXO A - Decreto do Assentamento Gangungo

29/11/2019

Dm3025



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 24 DE MARÇO DE 1995.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária o imóvel rural denominado "FAZENDA GANGUNGO", situado no Município de João Alfredo, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), o imóvel rural denominado "FAZENDA GANGUNGO", com área de 200,0000ha (duzentos hectares), situado no Município de João Alfredo, objeto das Matrículas nºs 6.760, fl. 23v, do Livro 3-0 e 6.767, fl. 24v, do Livro 3-0 e Registro nº R-02-735, fl. 99, do Livro 2-D, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de João Alfredo, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este decreto, na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#), e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação da biota.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de março de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Eduardo de Andrade Vieira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.3.1995

APÊNDICE – FOTOGRAFIAS DO ASSENTAMENTO GANGUNGO

Fotografia 01: Escola do assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 2 - Escola Municipal SEVEREINO B. DE FARIAS



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 3 – Campo de Futebol do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 4 – Chegada a Capela e a Sede do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 5 – Capela e Sede do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 6 - Sede da Associação do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 7 – Superfície Rochosa com Tanques Naturais



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 8 – Doróteia de Blusa Azul e Assentada ao Seu lado



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 9 – Casa do Agregado Conseguida Pelo Projeto Minha Casa Minha Vida Rural



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 10 – Poço Artesiano do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 11 – Plantação de Capim Elefante ao Lado Esquerdo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia12 - Plantação de Sorgo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 13 – Vista do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 14 – Caixa de Água para a Distribuição de água na Escola do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 15 – Cisterna Calçadão do Programa Uma Terra e Duas Águas(P1+2)



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 16 – Cisterna da Escola do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 17 – Destaque Para a Cisterna do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 18 – Espaço de Recreação da Escola do Assentamento Gangungo



Fonte: Acervo Próprio

Fotografia 19 – Entrada da Sala 01 da Escola do Assentamento



Fonte: Acervo Próprio